

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG1A1

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A ideia da interiorização da capital do país era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando pelas diferentes fases da nossa história: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional. No entanto, a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade.

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira — moderna, urbanisticamente revolucionária —, que é Brasília.

Yuri Gagarin, o famoso astronauta, disse-me ao ver Brasília pela primeira vez: “A ideia que tenho, presidente, é a de que estou desembarcando em um planeta diferente, que não a Terra”.

De fato, o cenário de Brasília tem aspectos realmente singulares. As cúpulas do Palácio do Congresso, uma côncava e outra convexa; a imponência da Praça dos Três Poderes, refletindo o brilho de suas sucessivas fachadas de vidro; o Palácio do Supremo Tribunal de Justiça, apoiado em alicerces tão tênues que dão a impressão de que o edifício não toca o chão, mas flutua; a beleza do Palácio da Alvorada, concebido em linhas de uma harmonia tão perfeita que o traçado de suas colunas *sui generis* já é motivo ornamental até de certo tipo de louça sofisticada. Tudo ali é diferente, revolucionário. Reflete uma estética urbanística única no mundo. E, sobre o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano, estende-se o infinito do horizonte rasgado do Planalto — um horizonte baixo, que lembra as vastidões marinhas e que, sendo enorme, serve de palco, pela manhã e à tarde, aos mais deslumbrantes jogos de luz de que é capaz a natureza.

Assim é Brasília em uma visão caleidoscópica, sem se recordar o seu todo urbanístico — os blocos residenciais; o Eixo Monumental; a audaciosa torre de telecomunicações com seu restaurante panorâmico; as famosas “quadras” autossuficientes, recordando, em uma feição moderna, as comunidades medievais; e, sobretudo, o lago artificial, com 600 milhões de metros cúbicos de água, dotado de praias, iate clube, barcos a vela e toda natureza de esportes aquáticos.

No mundo existem algumas cidades artificiais, isto é, não nascidas por imposições sociopolíticas, mas erigidas por iniciativa de reis ou de governantes. A construção de todas elas arrastou-se por anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas. Por outro lado, nenhuma delas possui uma história própria — uma história de heroísmo, audácia, determinação e espírito de pioneirismo épico, que

representou sua construção, exibe uma insígnia que lhe empresta importância ímpar, quando posta em comparação com suas congêneres. A nova capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território — que eram desalentadores “espaços vazios” — fossem conquistados. Pode-se dizer assim, e com a maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília.

Juscelino Kubitschek. **Por que construí Brasília.**  
Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000 (com adaptações).

#### Questão 1

No primeiro parágrafo do texto CG1A1, o segmento “Como todas as grandes iniciativas” (terceiro período) expressa uma

- A consequência.
- B causa.
- C condição.
- D comparação.
- E circunstância de proporcionalidade.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram uma consequência do surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.\*/

||B|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram a causa do surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.\*/

||C|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram condição para o surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.\*/

||D|| - **Correta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido.\*/

||E|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Não há relação de proporcionalidade no período.\*/

**Questão 2**

Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que é gramaticalmente correta e preserva o sentido do seguinte trecho do texto CG1A1: “sobre o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano” (último período do quarto parágrafo).

- A acima do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- B com relação ao acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- C encima do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- D quanto o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- E acerca do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Correta.** O último período do quarto parágrafo transmite a ideia de que o horizonte do Planalto se estende sobre a paisagem arquitetônica de Brasília, então se trata da localização do horizonte acima/em cima dessa paisagem. A reescrita proposta preserva, portanto, o sentido do texto, bem como está gramaticalmente **correta**, visto que “acima” é sinônimo de “sobre” no caso.\* /

||B|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre o” por “com relação ao” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto; trata-se da localização do horizonte acima/em cima dessa paisagem.\* /

||C|| - **Incorreta.** O registro “encima” como preposição é incorreto. A forma preposicional **correta** seria “em cima”.\* /

||D|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre” por “quanto” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto; além disso, a construção “quanto o” é gramaticalmente **incorreta**.\* /

||E|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre o” por “acerca do” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto.\* /

**Questão 3**

O objetivo central do texto CG1A1 é

- A classificar os pontos turísticos de Brasília.
- B comprovar a necessidade de criação de uma nova capital federal.
- C comparar diferentes pontos de vista acerca da estética urbanística e arquitetônica de Brasília.
- D abordar, em uma perspectiva pessoal, a história da construção de Brasília e as singularidades dessa cidade.
- E explicar o rápido processo de construção de cidades artificiais como Brasília.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** Embora sejam mencionados alguns locais que hoje são pontos turísticos, não há intenção de classificá-los no texto.\* /

||B|| - **Incorreta.** No texto, não há trechos que busquem comprovar a necessidade de criação de Brasília.\* /

||C|| - **Incorreta.** O texto não aborda diferentes pontos de vista acerca da estética urbanística e arquitetônica de Brasília, pois se desenvolve exclusivamente a partir da perspectiva do autor acerca da cidade.\* /

||D|| - **Correta.** O texto mescla fatos históricos do processo de construção de Brasília e a opinião pessoal do autor acerca das características únicas dessa cidade.\* /

||E|| - **Incorreta.** Não é objetivo central do texto explicar o processo de construção de cidades artificiais, embora haja menção a esse tema no último parágrafo.\* /

**Questão 4**

No primeiro parágrafo do texto CG1A1, a forma pronominal empregada em “convertê-la” (último período) retoma

- A “República” (quinto período).
- B “A resposta” (segundo período).
- C “A ideia da interiorização da capital do país” (quarto período).
- D “prolongada hibernação” (último período).
- E “vida” (último período).

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de retomar o termo “República”.\* /

||B|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter “A resposta” em realidade.\* /

||C|| - **Correta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade.\* /

||D|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter a “prolongada hibernação” em realidade.\* /

||E|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter a “vida” em realidade.\* /

**Questão 5**

No segundo período do quarto parágrafo do texto CG1A1, o sinal de ponto e vírgula, em todas as suas ocorrências,

- A marca subordinação entre orações, a fim de estabelecer uma comparação entre suas ideias.
- B separa trechos coordenados nos quais há subdivisão por vírgula.
- C organiza elementos em uma gradação.
- D tem o mesmo papel do ponto final, porém se diferencia dele por sinalizar pausas mais acentuadas.
- E contribui para a coesão textual ao formar pequenos trechos com os elementos que compõem um sujeito composto.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Os segmentos separados pelo sinal de ponto e vírgula não são orações subordinadas entre si, tampouco há comparação entre suas ideias.\*/

||B|| - **Correta.** As ocorrências de ponto e vírgula, no período em questão, justificam-se para alongar pausas em trechos coordenados em que já existem vírgulas.\*/

||C|| - **Incorreta.** Não há gradação entre os elementos separados pelo ponto e vírgula no período em análise.\*/

||D|| - **Incorreta.** O ponto final marca pausa mais acentuada que a sinalizada pelo ponto e vírgula.\*/

||E|| - **Incorreta.** Os elementos separados por ponto e vírgula não formam um sujeito composto.\*/

### Questão 6

O sentido original e a correção gramatical do trecho “A construção de todas elas arrastou-se por anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas” (segundo período do último parágrafo do texto CG1A1) seriam preservados caso

- Ⓐ a expressão “apesar do” fosse substituída por **mesmo que o**.
- Ⓑ a forma verbal “arrastou” fosse flexionada no plural — **arrastaram**.
- Ⓒ a ênclise do pronome “se” fosse alterada para sua próclise — **se arrastou**.
- Ⓓ a palavra **dela** fosse incluída imediatamente após “algumas”.
- Ⓔ o vocábulo “concluídas” fosse substituído por **concluído**.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A substituição sugerida resultaria em incorreção gramatical porque o trecho “apesar do tempo passado” não constitui uma oração desenvolvida.\*/

||B|| - **Incorreta.** A alteração proposta acarretaria prejuízo à correção gramatical do texto porque o núcleo do sujeito é termo no singular: “construção”.\*/

||C|| - **Correta.** No período em análise, são opcionais a próclise e a ênclise pronominal.\*/

||D|| - **Incorreta.** O termo está no singular. Assim, a alteração proposta não manteria a correção gramatical do trecho.\*/

||E|| - **Incorreta.** A alteração proposta acarretaria prejuízo à correção gramatical e ao sentido do texto porque o termo “concluídas” funciona como predicativo do sujeito, o qual é feminino plural.\*/

### Questão 7

O quarto e o quinto parágrafos do texto CG1A1 desenvolvem-se com base em sequências tipológicas predominantemente

- Ⓐ narrativas.
- Ⓑ descritivas.
- Ⓒ expositivas.
- Ⓓ injuntivas.
- Ⓔ argumentativas.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente narrativos, já que a narração pressupõe a exposição de acontecimentos no tempo.\*/

||B|| - **Correta.** O quarto e o quinto parágrafos podem ser considerados essencialmente descritivos, já que se organizam em uma ordem linear não obrigatória e têm uma orientação não agentiva e atemporal, particularizando-se o objeto tematizado com base em suas características.\*/

||C|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente expositivos, já que a exposição pressupõe a apresentação de um tema de forma menos pessoal, com o intuito mais específico de informar o leitor.\*/

||D|| - **Incorreta.** Não há sequências injuntivas nos quarto e quinto parágrafos, pois não é dada nenhuma instrução ou ordem ao leitor.\*/

||E|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente argumentativos, já que o foco não está em defender um ponto de vista nesses trechos; o autor utiliza de sequências descritivas nesses parágrafos para a defesa do seu ponto de vista nos demais.\*/

### Questão 8

Acerca de aspectos relativos a formas verbais empregadas no texto CG1A1, julgue os itens a seguir.

- I No primeiro parágrafo, as formas verbais “surgiu” (terceiro período) e “viera” (quinto período) estão flexionadas nos mesmos tempo e modo verbais, designando ações já concluídas.
- II A forma verbal “aparecera” (último período do primeiro parágrafo) estabelece concordância com o termo “alguém”.
- III No trecho “No mundo existem algumas cidades artificiais” (início do último parágrafo), a substituição de “existem” por **há** manteria o sentido e a correção gramatical do texto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.\*/

||B|| - **Incorreta.** Embora realmente o item III esteja certo, o item II também está, logo o item III não é o único certo.\*/

||C|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.\*/

||D|| - **Correta.** O item II está certo, pois o sujeito gramatical da oração está posposto. O item III também está certo, pois o verbo “haver”, quando na acepção de existir, é impessoal e, portanto, não admite flexão de número, sendo **correta** sua flexão no singular em substituição à forma verbal “existem”.\*/

||E|| - **Incorreta.** Não estão certos todos os itens. O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.\*/

### Questão 9

A respeito do emprego do sinal indicativo de crase no texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

- I No trecho “remontando à época da Inconfidência Mineira” (quarto período do primeiro parágrafo), o emprego do acento grave no vocábulo “à” justifica-se pela regência do verbo **remontar** e pelo caráter definido do termo feminino “época”.
- II É facultativo o emprego do acento grave no vocábulo “a” em “a mim” (primeiro período do segundo parágrafo).
- III É obrigatório o uso do acento grave no vocábulo “à” em “à tarde” (último período do quarto parágrafo).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Os itens I e III estão certos.\*/

||B|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”.\*/

||C|| - **Correta.** O item I está certo, pois o verbo **remontar** exige complemento introduzido pela preposição **a**, e sua combinação com o artigo definido feminino **a** gera o fenômeno da crase. O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”. O item III está certo, pois sempre é marcada a crase na expressão adverbial “à tarde”.\*/

||D|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”.\*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.\*/

### Questão 10

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG1A1, o vocábulo “exíguo” está empregado com o mesmo sentido de

- A) difícil.
- B) áureo.
- C) derradeiro.
- D) excelente.
- E) curto.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto não é sinônimo de “difícil”.\*/

||B|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, ao passo que “áureo” diz respeito a algo primoroso, esplêndido, que tem primazia sobre os demais; portanto, tais vocábulos não são sinônimos.\*/

||C|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, ao passo que “derradeiro” corresponde a um último termo numa ordem temporal, algo que não seja sucedido por mais nada; portanto, tais vocábulos não são sinônimos.\*/

||D|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto não é sinônimo de “excelente”.\*/

||E|| - **Correta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto pode ser considerado sinônimo de “curto”, considerados os sentidos do texto.\*/

### Questão 11

Se oito pessoas disputam um prêmio de R\$ 800 que será distribuído igualmente entre cinco dessas pessoas, então o número de maneiras possíveis de se distribuir esse prêmio será igual a

- A) 13.
- B) 40.
- C) 56.
- D) 100.
- E) 160.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||B|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||C|| - **Correta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||D|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

||E|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é  $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$ .\*/

### Questão 12

Considere que, para determinado planeta, o cubo do raio médio da órbita e o quadrado do período de translação são grandezas diretamente proporcionais. Nesse caso, assumindo que o raio médio da órbita da Terra é de uma unidade astronômica (UA) e o de Marte é de 1,5 UA, assinale a opção cujo intervalo contém, em anos terrestres, o período de translação de Marte ( $t_M$ ).

- A)  $1,0 \leq t_M < 1,5$
- B)  $1,5 \leq t_M < 2,0$
- C)  $2,0 \leq t_M < 2,5$
- D)  $2,5 \leq t_M < 3,0$
- E)  $3,0 \leq t_M < 4,0$

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||B|| - **Correta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado,  $r^3 = kt^2$ . Logo, proporcionalmente,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$ . Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano,  $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$ . Assim,  $t_M \approx 1,8$ .\*/

### Questão 13

	A	B	C	D
1	Consumo	jan	fev	mar
2	A	3	5	7
3	B	1	4	6
4				

Considerando a figura precedente, que ilustra parte de uma planilha em edição no MS Excel 365, assinale a opção que apresenta o resultado que será obtido ao se inserir, na célula B4, a fórmula =MÉDIASE(B2:D3;">4").

- A 6  
 B 3  
 C 5,5  
 D 4,3  
 E 22

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** A seguir se evidencia o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||B|| - **Errada.** A seguir se evidencia o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||C|| - **Errada.** A seguir se evidencia o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||D|| - **Errada.** A seguir evidencia-se o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||E|| - **Errada.** A seguir evidencia-se o resultado correto:

B4   =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

### Questão 14

- Intel Core Ultra 9 185H de 5,1 GHz (turbo) 16 núcleos e cache 24 MB
- 64 GB DDR5 5.600 MHz
- monitor de 16 polegadas (3.840p × 2.400p)
- placa gráfica Nvidia RTX 8GB GDDR6
- SSD 2 TB padrão PCIe NVMe (5.000 Mbps)

Em relação aos itens precedentes, referentes à configuração de determinado computador, é correto afirmar que

- A 5,1 GHz é a frequência que determina a velocidade do processador, medida de acordo com a quantidade de ciclos que o componente consegue realizar a cada segundo.  
 B 16 núcleos é a quantidade de *threads* que o processador pode executar ao mesmo tempo, ou seja, nesse processador podem ser executadas até 16 milhões de instruções em paralelo.  
 C 64 GB DDR5 é a quantidade de armazenamento não volátil do computador.  
 D cache 24 MB é a capacidade total de armazenamento utilizado para realizar *overclock* até o limite dessa capacidade.  
 E 2 TB é a quantidade total de armazenamento no disco magnético do computador.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** A frequência de um processador determina a velocidade, conforme a quantidade de ciclos por segundo que o componente consegue realizar.\*/\*

||B|| - **Incorreta.** São núcleos e não há relação 1 por 1.\*/\*

||C|| - **Incorreta.** A memória RAM é volátil.\*/\*

||D|| - **Incorreta.** O termo correto seria “memória cache interna”, e nesse tipo de memória não há relação com o *overclock* do processador.\*/\*

||E|| - **Incorreta.** O disco de armazenamento utilizado no computador em questão é um SSD, que não armazena dados em disco magnético.\*/\*

### Questão 15

Acerca do relacionamento da CAESB com seu público de interesse, assinale a opção correta de acordo com o Código de Conduta e Integridade da CAESB.

- A No relacionamento com a sociedade, a CAESB deve prestigiar a maximização dos resultados, ainda que em detrimento da sustentabilidade ambiental.  
 B No relacionamento com a comunidade, a CAESB deve agir com responsabilidade social, visando à preservação de valores e patrimônios materiais e imateriais de grupos determinados, e não de indivíduos isoladamente.  
 C A CAESB está isenta da observância dos requisitos regulatórios, uma vez que é sociedade de economia mista sem atuação concorrencial.  
 D A CAESB deve evitar estabelecer relações com entidades e organizações, no intuito de garantir a blindagem contra interesses particulares.  
 E A CAESB reconhece a representatividade legal do sindicato perante os empregados, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da companhia.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “A Caesb tem como princípio fundamental o respeito ao meio ambiente, de modo a promover a sustentabilidade do ciclo do saneamento, atuando na melhoria contínua de seus produtos, processos e serviços, gerindo os impactos potenciais da sua atividade, em conformidade com os requisitos ambientais legais e regulatórios”.\*/\*

||B|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “Em seu relacionamento com a comunidade, a Caesb atua mediante a responsabilidade social, respeitando todos os grupos e indivíduos, seus valores e patrimônios culturais materiais e imateriais”.\*/\*

||C|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “A Caesb tem como princípio fundamental o respeito ao meio ambiente, de modo a promover a sustentabilidade do ciclo do saneamento, atuando na melhoria contínua de seus produtos, processos e serviços, gerindo os impactos potenciais da sua atividade, em conformidade com os requisitos ambientais legais e regulatórios”.\*/\*

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 8, "A Caesb estabelece relações com entidades e organizações, mediante participação e cooperação, apoiando iniciativas que se enquadrem no âmbito das suas atividades, que possam gerar valia para a Companhia e para a sociedade."\*/

||E|| - **Correta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 8, "A Caesb busca o diálogo constante com a entidade sindical, visando relações harmônicas, por meio de uma postura respeitosa, reconhecendo a representatividade legal do sindicato perante os empregados e respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia".\*/

### Questão 16

Com relação às orientações de conduta a serem observadas por administradores e agentes públicos da CAESB, julgue os itens seguintes, de acordo com o Código de Conduta e Integridade da CAESB.

- I É legítimo aos administradores da CAESB, no intuito de fortalecer institucionalmente a companhia, aliciar seus subordinados a filiarem-se a associação profissional ou sindical.
- II É vedado aos agentes públicos da CAESB o exercício de qualquer outra atividade profissional além daquela regularmente exercida na companhia.
- III É dever dos administradores e dos agentes públicos manter-se atualizados sobre a legislação e outras normas relativas ao desempenho de suas respectivas atribuições.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item III está certo, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB: "Para a Caesb, são deveres dos administradores e agentes públicos: 4.2.2 Manter-se atualizado sobre a legislação e demais normas relativas ao desempenho de suas atribuições;" (p. 10).\*/

||B|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.8 Exercer atividade profissional incompatível com os termos deste Código ou associar o seu nome a empreendimento de natureza duvidosa;" (p. 10). Assim, não é qualquer atividade profissional que é vedada, razão pela qual o item está errado.\*/\*

||C|| - **Correta.** Apenas o item III está certo.

O item I está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.5 Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional/sindical ou a partido político;" (p. 10).

O item II está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.8 Exercer atividade profissional incompatível com os termos deste Código ou associar o seu nome a empreendimento de natureza duvidosa;" (p. 10). Assim, não é qualquer atividade profissional que é vedada, razão pela qual o item está errado.

O item III está certo, conforme previsto no Código de Conduta e

Integridade da CAESB: "Para a Caesb, são deveres dos administradores e agentes públicos: 4.2.2 Manter-se atualizado sobre a legislação e demais normas relativas ao desempenho de suas atribuições;" (p. 10).\*/

||D|| - **Incorreta.** Os itens I e II estão errados.\*/\*

||E|| - **Incorreta.** O item I está errado.\*/\*

### Questão 17

A respeito das orientações a serem observadas no exercício da atividade profissional, à luz do Código de Conduta e Integridade da CAESB, assinale a opção correta.

- Ⓐ Incluem-se entre as vedações ao nepotismo a nomeação, a designação e a contratação de empregados ocupantes de cargo ou emprego de provimento efetivo.
- Ⓑ Não caracteriza uso indevido dos bens da CAESB a utilização, para fins particulares, de bem ou recurso da companhia, desde implique benefício também para a companhia.
- Ⓒ Integrante da alta administração da CAESB pode exercer, de maneira não remunerada, encargo de mandatário somente se essa atribuição não resultar na prática de atos empresariais ou de outros encargos incompatíveis com o exercício do cargo ou da função.
- Ⓓ É considerado vantagem de natureza indevida, em qualquer circunstância, o recebimento de ingressos para participação em atividades, *shows* e eventos.
- Ⓔ A instalação de *software* em computadores da CAESB prescinde do aval da área de tecnologia.

#### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "Não se incluem nas vedações do artigo anterior as nomeações, designações e contratações: 4.7.6.1 de empregados ocupantes de cargo ou emprego de provimento efetivo, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do empregado;" (p. 17).\*/

||B|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São situações que caracterizam o uso indevido dos bens da Companhia: 4.5.1 Utilizar qualquer bem ou recurso da Caesb para fins particulares ou que não sejam diretamente ligados ao negócio da Companhia;" (p. 15).\*/

||C|| - **Correta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função;" (p. 20).\*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "Não serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida: 4 Ingressos para participação em atividades, *shows*, eventos, simpósios, congressos ou convenções, desde que ajustados em contrapartida de contrato administrativo ou convênio" (p. 13).\*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São situações que caracterizam o uso indevido dos bens da Companhia: 4.5.4 Instalar *software* nos computadores da Caesb sem a permissão da área de tecnologia;" (p. 15).\*/

**Questão 18**

A Superintendência de Engenharia da CAESB pretende contratar uma empresa para executar a ampliação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), cujo projeto básico já define com precisão todas as etapas e quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual.

Considerando a situação hipotética apresentada, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação da empresa deverá ser realizada por meio do regime de

- Ⓐ empreitada por preço unitário, pois a contratação envolve grande volume de serviços com variação de quantitativos dos itens a serem orçados.
- Ⓑ contratação integrada, pois a CAESB tem como propósito a inovação tecnológica e o repasse integral dos riscos de sua atividade.
- Ⓒ empreitada por preço global, pois o projeto básico permite a fixação prévia das quantidades dos serviços e do valor total da contratação.
- Ⓓ contratação semi-integrada, pois a contratação visada exige tão somente a realização do projeto básico, dispensando a elaboração e o desenvolvimento de projeto executivo.
- Ⓔ contratação por tarefa, pois a contratação visada envolve a realização de serviço técnico comum e por preço certo.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, I, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação por regime de empreitada por preço unitário é utilizada quando os quantitativos têm imprecisão, o que não ocorre no caso.\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, VI, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação integrada é indicada para projetos com inovação tecnológica e anteprojeto, não para projetos básicos definidos.\*/

||C|| - **Correta.** Conforme art. 19, II, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a empreitada por preço global é adequada quando o projeto básico permite boa precisão nas quantidades de serviços e definição do valor total da contratação.\*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme art. 19, V, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação semi-integrada exige possibilidade de inovação técnica, o que não é mencionado no caso.\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, III, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), o regime de contratação por tarefa é indicado para serviços técnicos de curta duração, não para grandes obras como ampliação de ETE.\*/

**Questão 19**

Durante a fase de análise das propostas para a contratação de uma empresa especializada na elaboração de estudos hidrológicos para uma nova adutora de água, a equipe de licitação da CAESB identificou que a empresa Alpha, uma das empresas proponentes, tem entre seus sócios um engenheiro que participou da elaboração do projeto básico da referida licitação.

Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), que

- Ⓐ a participação da empresa Alpha no procedimento licitatório será permitida, desde que o engenheiro não tenha assinado o projeto básico da referida licitação.
- Ⓑ a participação da empresa Alpha no procedimento licitatório será admitida caso a proposta técnica seja avaliada como a mais vantajosa.

- Ⓒ a empresa Alpha poderá participar do procedimento licitatório, desde que ofereça preço inferior à média das demais concorrentes.
- Ⓓ a empresa Alpha poderá ser mantida no certame se comprovar experiência prévia em projetos semelhantes.
- Ⓔ a empresa Alpha estará impedida de participar do procedimento licitatório, pois há conflito de interesse pela atuação prévia de um dos seus sócios no projeto básico.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O impedimento independe da assinatura formal; basta a participação na elaboração do projeto básico, conforme art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. A avaliação da proposta técnica não afasta a vedação prevista expressamente no regulamento.\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. Não há exceção baseada na oferta de preço mais baixo. A vedação é objetiva e independe de valores ofertados.\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. Experiência técnica não supre o impedimento previsto no art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).\*/

||E|| - **Correta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico.\*/

**Questão 20**

A Superintendência de Suprimentos da CAESB pretende contratar empresa especializada na manutenção preventiva de bombas submersas. Durante a fase preparatória da contratação, o responsável pela pesquisa de preços pretende utilizar dados disponíveis em *sites* de intermediação de vendas e *marketplaces*, que indicam valores médios abaixo daqueles que foram praticados no último contrato.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, de acordo com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).

- Ⓐ Os dados de *sites* de intermediação de vendas e *marketplaces* podem ser utilizados como referência, desde que compatíveis com valores históricos de contratações da própria CAESB.
- Ⓑ O uso de preços de *marketplaces* é válido apenas para contratações emergenciais.
- Ⓒ A pesquisa de preços deve ser realizada com base, entre outros critérios, em consultas formais junto a fornecedores, sendo vedado o uso de *sites* de leilão e de intermediação de vendas.
- Ⓓ As médias obtidas em *marketplaces* podem ser utilizadas, desde que haja três fontes distintas e registro da data de acesso.
- Ⓔ Para serviços de manutenção, é obrigatória a utilização exclusiva de contratos anteriores da própria CAESB.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O RILC não permite o uso de *marketplaces*, mesmo que compatíveis com históricos internos de contratação.\*

||B|| - **Incorreta.** Não há exceção para uso de *sites* de leilão ou intermediação de vendas em caráter emergencial no RILC.\*

||C|| - **Correta.** Conforme art. 11, *caput* e § 1.º, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), veda-se expressamente o uso de *sites* de leilão ou de intermediação de vendas. As fontes válidas para esse tipo de pesquisa são: pesquisa junto a fornecedores; pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo; preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo DF e demais entes públicos; e indicadores.\*

||D|| - **Incorreta.** Ainda que haja data registrada e várias fontes, o uso de *sites* de intermediação de vendas é vedado, conforme art. 11, §1º, Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).\*

||E|| - **Incorreta.** O uso exclusivo de contratos anteriores da CAESB não é exigido nem é suficiente para a realização de pesquisa de preços na contratação, já que o art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC) exige pesquisa ampla e atualizada.\*

**▼ Questão 21**

Com base na Lei n.º 11.445/2007, a associação voluntária entre entes federativos por meio de consórcio público ou convênio de cooperação para a prestação de serviços públicos de saneamento básico, atendidos os requisitos legais, é denominada

- A serviços públicos de saneamento básico de interesse local.
- B gestão associada.
- C sistema condominial.
- D serviços públicos de saneamento básico de interesse regional.
- E unidade regional de saneamento básico.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso XV do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, os serviços públicos de saneamento básico de interesse local constituem as funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único município.

“Art. 3.º [...]”

XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único município;

[...]”\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso VI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a prestação regionalizada – e não os serviços públicos de saneamento básico de interesse regional – é a modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um município.

“Art. 3.º [...]”

VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

[...]”\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso XVI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, o sistema condominial representa a rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento.

“Art. 3.º [...]”

XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário,

assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento;

[...]”\*/

||D|| - **Correta.** De acordo com o inciso II do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, para prestação de serviços públicos de saneamento básico, atendidos os requisitos legais, é denominada gestão associada.

“Art. 3.º [...]”

II - gestão associada: associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

[...]”\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com a alínea b) do inciso VI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a unidade regional de saneamento básico é a unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública ou para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos.

“Art. 3.º [...]”

VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

[...]”

b) unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública ou para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos;[...]”\*/

**▼ Questão 22**

Assinale a opção correta acerca dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com base na Lei n.º 14.026/2020.

- A A integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos constitui um dos princípios dos serviços públicos de saneamento básico.
- B A reservação de água bruta e o transporte dos esgotos sanitários são exemplos de atividades relacionadas aos serviços públicos de abastecimento de água.
- C A coleta e a destinação final de resíduos domésticos, incluída a ligação predial dos esgotos sanitários, são atividades concernentes aos serviços públicos de tratamento de esgoto.
- D No caso de região integrada de desenvolvimento, a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico prescinde da anuência dos municípios que a integram.
- E É admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios, que podem prestar o serviço aos seus consorciados de forma indireta, por meio da instituição de autarquia intermunicipal.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Correta.** De acordo com o inciso II do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos constitui um dos princípios dos serviços públicos de saneamento básico.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 2.º [...] XII — integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos [...]”\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com os artigos 3.º-A e 3.º-B (revisados) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a reservação de água bruta é uma das atividades relacionadas aos serviços públicos de abastecimento de água. Já o transporte dos esgotos sanitários é uma das atividades relacionadas aos serviços públicos de esgotamento sanitário.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º-A Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluídos eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a essa finalidade, as seguintes atividades:

I - reservação de água bruta;

[...]

Art. 3.º-B Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por I (uma) ou mais das seguintes atividades:

[...]

II - transporte dos esgotos sanitários;

[...]”\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com os artigos 3.º-B e 3.º-C (revisados) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a destinação final de resíduos domésticos é uma atividade relacionada aos serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos das atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem e tratamento, inclusive por compostagem. Por sua vez, a coleta dos esgotos sanitários, incluída a ligação predial, é uma atividade concernente aos serviços públicos de tratamento de esgoto.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º-B Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por I (uma) ou mais das seguintes atividades:

I - coleta, incluída ligação predial, dos esgotos sanitários;

[...]

Art. 3.º-C Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos:

I - resíduos domésticos;

[...]”\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o parágrafo 5.º do artigo 3.º (revisado) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, no caso de região integrada de desenvolvimento, a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos municípios que a integram.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º [...]

§ 5.º No caso de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos Municípios que a integram.

[...]”\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso I do parágrafo 1.º do artigo 8.º (revisado) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, é admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios,

que podem prestar o serviço aos seus consorciados diretamente – e não indiretamente –, pela instituição de autarquia intermunicipal.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 8.º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

§ 1.º O exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições:

I - fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;

[...]”\*/

### Questão 23

Com base na Resolução ADASA n.º 14/2011, julgue os itens seguintes, acerca das condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

- I A apuração do volume a ser faturado é feita com base na média aritmética do consumo medido nos últimos seis meses, quando houver perda ou imprecisão dos dados coletados.
- II Nos casos de interrupções programadas pela necessidade de efetuar reparos em sistemas, as informações a serem comunicadas pelo prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário resumem-se a localidade, descrição do evento, data e horário previstos para a regularização dos serviços.
- III No caso de revenda ou abastecimento de água a terceiros, o prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário pode suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água ao usuário.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item III está certo.\*/

||B|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.\*/

||C|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.\*/

||D|| - **Correta.** Apenas o item III está certo.

I Errado. A apuração do volume a ser faturado é feita com base na média aritmética do consumo medido nos últimos doze meses, quando houver perda ou imprecisão dos dados coletados (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 92, § 3.º, inciso I).

II Errado. Nos casos de interrupções programadas pela necessidade de efetuar reparos em sistemas, as informações a serem comunicadas pelo prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário não se resumem em: localidade, descrição do evento e data e horário previstos para a regularização dos serviços. Há outras informações a serem prestadas: área afetada, estimativa de usuários afetados, data e horário do evento, entre outros (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 120, incisos I e II).

III Certo. No caso de revenda ou abastecimento de água a terceiros, o prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário pode suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água ao seu usuário (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 121, inciso VI).\*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.\*/

**Questão 24**

Um dos fatores favoráveis para a determinação do sítio para construção de Brasília consistiu

- A** na topografia de vales encaixados.
- B** nas rochas firmes profundas.
- C** nos solos pouco drenados.
- D** nas áreas com barreiras físicas.
- E** em altitudes de cerca de mil metros.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** Topografia de vales encaixados são aquelas que apresentam declividade acima de 45%. O sítio estabelecido para a implantação da cidade deveria apresentar topografia suave, com declividade próxima a 8%.\*

**B** - **Incorreta.** As rochas deveriam ser firmes e estar na superfície para que se evitassem muitas escavações para implantação da estrutura.\*

**C** - **Incorreta.** O solo deveria ser bem drenado para garantir abastecimento de água.\*

**D** - **Incorreta.** O sítio escolhido deveria estar livre de barreiras físicas, tais como serras.\*

**E** - **Correta.** O sítio escolhido para a implantação da nova capital do Brasil deveria apresentar uma altitude aproximada de 1000 metros.\*

**Questão 25**

A concepção e o projeto da Torre de TV de Brasília, monumento emblemático construído na década de 60, é de autoria de

- A** Bernardo Sayão.
- B** Oscar Niemeyer.
- C** Israel Pinheiro.
- D** Lúcio Costa.
- E** Ernesto Silva.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** A concepção e o projeto da Torre de TV são de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**B** - **Incorreta.** Apesar das inúmeras obras creditadas a Oscar Niemeyer em Brasília, a Torre de TV de TV é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**C** - **Incorreta.** A concepção e o projeto da Torre de TV são de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**D** - **Correta.** Conforme a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, a Torre de TV de Brasília é de autoria do arquiteto Lúcio Costa.\*

**E** - **Incorreta.** A Torre de TV é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.\*

**Questão 26**

O eixo 2 do Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres (PDPM) refere-se à educação para a igualdade. Um dos objetivos dessa temática é

- I aumentar o número de cursos, palestras e treinamentos para a formação e a profissionalização de mulheres.
- II garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres à educação de qualidade, com atenção aos grupos com baixa escolaridade.
- III promover o acesso e a permanência de mulheres na educação formal, ao longo da vida, para fortalecer a formação e oportunizar o acesso ao mercado de trabalho e à sua autonomia econômica.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** O item II está certo.\*

**B** - **Incorreta.** O item I está errado, pois aumentar o número de cursos, palestras e treinamentos para a formação e a profissionalização de mulheres é uma meta do eixo 1.\*

**C** - **Correta.** O item II está certo, pois, conforme o eixo 2 da PDPM, um dos objetivos é garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres à educação de qualidade, com especial atenção aos grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, rurais e em situação de prisão).\*

**D** - **Incorreta.** O item III está errado, pois promover o acesso e a permanência de mulheres na educação formal, ao longo da vida, para fortalecer a formação e oportunizar o acesso ao mercado de trabalho e à sua autonomia econômica é um objetivo específico do eixo 1 – igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica do PDPM.\*

**E** - **Incorreta.** Apenas o item II está certo.\*

**Questão 27**

Com base na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os itens a seguir.

- I A aplicação da Lei Maria da Penha pressupõe coabitação entre o agressor e a vítima.
- II No âmbito da assistência à mulher em situação de violência doméstica, é legítimo ao juiz, quando aquela for servidora pública da administração direta ou indireta, franquear o acesso prioritário à remoção.
- III Os mecanismos de segurança disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas, em caso de perigo iminente, devem ter os custos ressarcidos pelo agressor.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**JUSTIFICATIVAS**

**A** - **Incorreta.** O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]”

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.\*

**B** - **Incorreta.** A opção considera como certo apenas o item II, e ao julgar os itens da questão, estão certos os itens II e III.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”.\*

**C** - **Incorreta.** O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]”

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”\*/

||D|| - **Correta**. Estão certos os itens II e III.

O item II está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §2.º, inciso I:

“Art. 9.º §2.º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: [...]

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;”.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”\*/

||E|| - **Incorreta**. Estão certos apenas os itens II e III.

O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.

O item II está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §2.º, inciso I:

“Art. 9.º §2.º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: [...]

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;”.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”\*/

### Questão 28

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), assinale a opção correta.

- A** O descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da Penha é punível com pena de reclusão e multa.
- B** Nos atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar não precisa estar obrigatoriamente acompanhada de advogado.
- C** A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos na Lei Maria da Penha é atribuição exclusiva do Ministério Público.
- D** Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, admite-se a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- E** Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher são competentes para processar pretensão relativa à partilha de bens da ofendida.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta**. Conforme previsão da Lei n.º 11.340/2006, art. 24-A:

“Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta lei: (Incluído pela Lei n.º 13.641, de 2018) Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n.º 14.994, de 2024).”\*/

||B|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 27:

“Art. 27 Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta lei.”\*/

||C|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 37:

“Art. 37 A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.”\*/

||D|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 17:

“Art. 17 É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.”\*/

||E|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 14-A, §1.º:

“Art. 14- A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 1.º Exclui-se da competência dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.”\*/

### Questão 29

Com base na Lei Maria da Penha, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

- A** A ausente relação duradoura de afeto afasta a incidência do sistema protetivo da Lei Maria da Penha.
- B** A aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres em situação de violência doméstica leva em conta, exclusivamente, o critério biológico, razão pela qual a lei não se aplica às mulheres transexuais.
- C** A aplicação do sistema protetivo da Lei Maria da Penha prescinde da demonstração específica da subjugação feminina.
- D** Para que uma lesão corporal no ambiente doméstico praticada contra uma mulher seja enquadrada na Lei Maria da Penha, é necessária a demonstração da motivação de gênero.
- E** As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha devem ser aplicadas com a fixação de prazo certo de validade.

### ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta**. Conforme divulgado no informativo n.º 824 do STJ, “o fato de não haver relação duradoura de afeto não afasta a incidência do sistema protetivo da Lei Maria da Penha”.\*/

||B|| - **Incorreta**. Conforme jurisprudência do STJ, no informativo de edição extraordinária n.º 18, da Lei n.º 11.340/2006 é aplicável a mulheres transexuais em situação de violência doméstica.\*/

||C|| - **Correta**. Conforme edição extraordinária n.º 18 do informativo do STJ, “É desnecessária a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha.”\*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme jurisprudência do STJ, “A orientação mais condizente com o espírito da Lei n.º 11.340/2006 é no sentido de que a vulnerabilidade e a hipossuficiência da mulher são presumidas, sendo desnecessária a demonstração da motivação de gênero para que incida o sistema protetivo da Lei Maria da Penha e a competência da vara especializada.”\*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme decidido no Tema n.º 1249 dos recursos repetitivos, as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, aplicadas pelo juiz quando há risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher, não devem ter prazo fixo de duração. \*/

### **Questão 30**

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- A** O governo do Distrito Federal possui competência para efetuar desapropriações de bens destinados a uso comum ou especial, em áreas urbanas e rurais, quando for necessário à execução dos sistemas de abastecimento de água, circunstância na qual não haverá direito de indenização por benfeitorias e cessões dos titulares de arrendamento ou concessão de uso.
- B** O conjunto de índices para o controle urbanístico a que estarão sujeitas as edificações, para as categorias de atividades permitidas em cada zona, deve ser estabelecido no âmbito da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- C** O instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos do Distrito Federal é o plano de desenvolvimento local.
- D** O plano de desenvolvimento local deve ser elaborado pelo Poder Executivo, para um período de 5 anos, e pode ser submetido a revisão anual, por iniciativa exclusiva do Poder em questão.
- E** A elaboração do plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal, diferentemente da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dos planos de desenvolvimento local, admite a participação popular.

### **||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no art. 313 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Art. 313. É dever do Governo do Distrito Federal, nos termos de sua competência e em caso de utilidade pública e interesse social, efetuar desapropriações de bens destinados a uso comum ou especial, em áreas urbanas e rurais, assegurado o direito de indenização por benfeitorias e cessões dos titulares de arrendamento ou concessão de uso, quando for necessário à execução dos sistemas de abastecimento de água, energia elétrica, esgotos sanitários, controle de poluição, proteção a recursos hídricos e criação ou expansão de loteamentos urbanos.”\*/

||B|| - **Correta.** Conforme previsto no §2.º do art. 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“§2.º A Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelecerá, ainda, o conjunto de índices para o controle urbanístico a que estarão sujeitas as edificações, para as categorias de atividades permitidas em cada zona.”\*/

||C|| - **Incorreta.** Conforme previsto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Art. 316. O Distrito Federal terá, como instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos, o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal e, como instrumentos complementares, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e os planos de desenvolvimento local.”\*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no §4.º do art. 319 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“§4.º Os Planos de Desenvolvimento Local serão elaborados pelo Poder Executivo, para o período de 5 (cinco) anos, passíveis de revisão a cada ano, por iniciativa do Poder Executivo ou por iniciativa popular, mediante lei complementar específica, desde que comprovado o interesse público. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 49 de 28/9/2007)”\*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme previsto no parágrafo único do art. 321 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Parágrafo único. É garantida a participação popular nas fases de elaboração, aprovação, implementação, avaliação e revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dos Planos de Desenvolvimento Local. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 49 de 28/09/2007)”\*/

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 31**

De acordo com o disposto na Lei Distrital n.º 1.399/1997, na Lei Distrital n.º 41/1989 e no Decreto Distrital n.º 12.960/1990, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os projetos com significativo potencial poluidor devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, após a realização do estudo de impacto ambiental e audiência pública.
- Ⓑ A construção, a reconstrução, a reforma, a ampliação de sistemas de saneamento básico independem de prévia aprovação de seus projetos pela Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.
- Ⓒ Compete às comissões de defesa do meio ambiente aplicar medidas para sanar a degradação ambiental, bem como elaborar o plano de trabalho, de forma a cooperar na implantação da Política Ambiental do Distrito Federal.
- Ⓓ É dever da CAESB assegurar os pontos de captação de interesse do abastecimento hídrico de água, inclusive no que se refere à manutenção da infraestrutura de vigilância e proteção, cerca, guarita e destacamento de guarda, cabendo ao Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal fiscalizar o cumprimento dessa exigência.
- Ⓔ Cabe à CAESB manter público o registro permanente de informações sobre a qualidade da água dos sistemas de abastecimento.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Correta.** A opção é a literalidade do § 10 do artigo 15, parágrafo 10 da Lei Distrital n.º 1.399/1997.\* /

||B|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o parágrafo único, do artigo 21 da Lei Distrital n.º 41/1989.\* /

||C|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 16 do Decreto Distrital n.º 12.960/1990.\* /

||D|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 31 do Decreto Distrital n.º 12.960/1990.\* /

||E|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 24 da Lei Distrital n.º 41/1989.\* /

**Questão 32**

Com base na Lei n.º 14.785/2023, assinale a opção correta.

- Ⓐ Denomina-se agente biológico o organismo vivo que demanda controle pelo uso de agrotóxico ou de produto de controle ambiental.
- Ⓑ Compete à União a efetivação das ações de controle e de fiscalização quando a unidade da Federação não dispuser da estrutura necessária para tal.
- Ⓒ As embalagens dos agrotóxicos, dos produtos de controle ambiental e afins terão lacre de segurança para uso contínuo que garanta a mitigação do risco de vazamento e contaminação por manipulação do produto.
- Ⓓ Entre as sanções aplicáveis àquelas que cometam infração administrativa consistente na utilização de agrotóxicos sem registro do órgão competente inclui-se a suspensão do registro profissional pelo prazo de até 5 anos.
- Ⓔ É dever das empresas titulares de registro encaminhar ao órgão federal registrante, até 31 de janeiro de cada ano, os dados anuais referentes às quantidades de produtos importados, exportados, produzidos, formulados e comercializados.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** O conceito descrito na opção refere-se a alvo biológico previsto no artigo 2º, inciso V da Lei n.º 14.785/2023.\* /

||B|| - **Incorreta.** Conforme o artigo 8º parágrafo único da Lei n.º 14.785/2023, a União prestará apoio necessário às ações de controle e de fiscalização à unidade da Federação.\* /

||C|| - **Incorreta.** O artigo 41 determina que o lacre seja irremediavelmente destruído após aberto pela primeira vez, mas não com o objetivo de mitigação do risco de vazamento e contaminação por manipulação do produto.\* /

||D|| - **Incorreta.** Não há a previsão da sanção descrita na opção.\* /

||E|| - **Correta.** É o teor do artigo 40 da Lei n.º 14.785/2023.\* /

**Questão 33**

Com base na Lei da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007) e na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os contratos de prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico poderão ter vigência até o ano de 2045.
- Ⓑ O uso de recursos hídricos para o aproveitamento dos pequenos potenciais hidrelétricos dispensa a outorga do poder público.
- Ⓒ Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.
- Ⓓ O prazo máximo para que os usuários conectem suas edificações à rede de esgotos, quando disponível, é de seis meses.
- Ⓔ Todos os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos devem obrigatoriamente aplicados na bacia hidrográfica em que sejam gerados.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** Ver artigo 10- B da Lei n.º 11.445/2007. \* /

||B|| - **Incorreta.** Ver o artigo 12, §1º, da Lei de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997).\* /

||C|| - **Correta.** A opção está de acordo com o artigo 35, XI da Lei n.º 9.433/1997.\* /

||D|| - **Incorreta.** Ver o artigo 45, parágrafo 6º da Lei n.º 11.445/2007.\* /

||E|| - **Incorreta.** Ver o artigo 22 da Lei de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997)\* /

**Questão 34**

De acordo com a Lei n.º 12.651/2012, a Lei n.º 6.766/1979 e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção correta.

- Ⓐ As áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a proteger belezas cênicas naturais são consideradas área de preservação permanente, por interesse social.
- Ⓑ As limitações impostas pelo Código Florestal quanto à extensão não edificável nas áreas de preservação permanente de qualquer curso d'água, perene ou intermitente, em trechos caracterizados como área urbana consolidada, prevalecem sobre as normas impostas pela Lei n.º 6.766/1979.
- Ⓒ O Código Florestal exige que a reserva legal seja averbada na matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis, ainda que haja o seu registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Ⓓ Os parcelamentos do solo urbano situados nas zonas habitacionais declaradas de interesse social (ZHIS) terá como infraestrutura mínima o escoamento das águas pluviais, soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar e a rede de abastecimento de água potável.
- Ⓔ Em se tratando de loteamento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberá ao Estado, assim como a definição das áreas de proteção especial.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012) não contempla a hipótese apresentada na opção, conforme pode se verificar ao analisar o artigo 6º da Lei n.º 12.651/2012. \*/

||B|| - **Correta.** Nesse sentido é a decisão do STJ no Tema Repetitivo 1010.\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com a jurisprudência do STJ o registro no CAR dispensa a averbação da reserva legal junto ao Cartório de Registro de Imóveis. (REsp. 1.645.909/MG, Rel. min. Regina Helena Costa, DJe 19.12.2018; REsp. 1.276.114/MG, Rel. min. Og Fernandes, DJe 11.10.2016)".\*/

||D|| - **Incorreta.** A opção deixa de elencar como requisito mínimo as vias de circulação (art. 2º da Lei n.º 6.766/1979). \*/

||E|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 13, parágrafo único, c/c artigo 14 da Lei n.º 6.766/1979.\*/

**▼ Questão 35**

Com relação aos princípios ambientais e às disposições constitucionais relativas ao meio ambiente, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do STF.

- Ⓐ Segundo o princípio do acesso equitativo aos recursos minerais, os usuários só poderão usar os bens ambientais na proporção das suas necessidades presentes e futuras.
- Ⓑ A localização das usinas que operem com reator nuclear será definida em lei complementar federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- Ⓒ A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização deve respeitar as condições que assegurem a preservação do meio ambiente.
- Ⓓ O princípio do desenvolvimento sustentável assegura ao ser humano o direito de desenvolver-se e realizar as suas potencialidades, quer individual, quer socialmente, além do direito de assegurar aos seus pósteros as mesmas condições favoráveis.
- Ⓔ O Poder Executivo tem o dever constitucional de fazer funcionar e alocar anualmente os recursos do fundo clima, para fins de mitigação das mudanças climáticas, sendo permitido seu contingenciamento, apenas de forma excepcional e previamente justificada, em razão do dever constitucional de tutela ao meio ambiente, de direitos e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, bem como do princípio constitucional da separação dos poderes.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O princípio do acesso equitativo aos recursos ambientais dispõe que a prioridade do uso de bens poderá ser feita pelos usuários na proporção de suas necessidades presentes, e não futuras, como afirma a opção. \*/

||B|| - **Incorreta.** A lei que definirá a localização de usinas que operem com reator será ordinária.\*/

||C|| - **Incorreta.** O cerrado não é patrimônio nacional, nos termos do artigo 225, parágrafo 4º, da CF.\*/

||D|| - **Correta.** O princípio foi inserido na Convenção de Estocolmo (1972): direito do ser humano de desenvolver-se e realizar as suas potencialidades, quer individual quer socialmente, e o direito de assegurar aos seus pósteros as mesmas condições favoráveis. \*/

||E|| - **Incorreta.** Ver o julgamento da ADPF/DF 708, de rel. min. Roberto Barroso.\*/

**▼ Questão 36**

Com base na Lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010), assinale a opção correta.

- Ⓐ Decorre do princípio da responsabilidade compartilhada a definição de ciclo de vida dos produtos como o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, comerciantes, consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para organizar os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental.
- Ⓑ A referida lei privilegiou o princípio do protetor-recebedor, segundo o qual, quem protege o meio ambiente merece em troca o reconhecimento da coletividade e do poder público, de forma que deve receber retribuições ou compensações econômicas, quando a sociedade e o poder público estejam em condições de fazê-lo, mediante legislação específica.
- Ⓒ A ordem de prioridade a ser observada na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos é a seguinte: geração, redução, reutilização, reciclagem, separação, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.
- Ⓓ Os municípios com menos de 20.000 habitantes poderão dispensar o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, salvo se estiverem localizados em território que abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação.
- Ⓔ É proibido o lançamento de resíduos sólidos ou rejeitos *in natura* a céu aberto, inclusive os resíduos de mineração, como forma de disposição final, bem como a queima em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O ciclo de vida dos produtos é o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas de todos os atores: fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume dos resíduos sólidos e rejeitos gerados. E não para organizar o volume dos resíduos sólidos, como afirma a opção. Conforme, a previsão do artigo 3º, inciso XVII da Lei n.º 12.305/2010. \*/

||B|| - **Correta.** De acordo com o artigo 6º, inciso II da Lei n.º 12.305/2010 são princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos o poluidor-pagador e o protetor-recebedor. O princípio prevê benefícios em favor de quem protege o meio ambiente quando a sociedade e o poder público estiverem em condição de fazê-lo, por meio de legislação específica.\*/

||C|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 9º da Lei n.º 12.305/2010.\*/

||D|| - **Incorreta.** A opção está em desacordo com o artigo 19, parágrafo 2º, da Lei de Resíduos Sólido. Na situação de municípios com menos de 20.000 habitantes o legislador facultou a elaboração de plano municipal de resíduos sólidos simplificado. O §9º do mesmo artigo possibilita a dispensa quando o município optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos.\*/

||E|| - **Incorreta.** Ver artigo 47, inciso II, da Lei n.º 12.305/2010.\*/

**Questão 37**

Com base no disposto na Lei n.º 6.938/1981, na Lei n.º 9.605/1998 e na jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas situações em que houver despejo irregular de esgoto não tratado em área de arrecifes e estuário, a ausência de prova técnica para a comprovação do efetivo dano ambiental inviabiliza o reconhecimento do dever de reparação ambiental.
- Ⓑ A poluição representa a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente afetem desfavoravelmente a biota, as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, bem como lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
- Ⓒ A situação econômica do infrator é um dos critérios de imposição e graduação da penalidade, a ser avaliado na aplicação da pena restritiva de direito, multa ou prestação de serviços à comunidade.
- Ⓓ Segundo o STJ, a conduta de causar poluição em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana é de natureza material, sendo imprescindível a realização de perícia.
- Ⓔ As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo possível exigi-las do proprietário ou do possuidor atual, de qualquer dos anteriores, mas nunca de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** A jurisprudência do STJ firmou entendimento no sentido que há dever de reparação do dano ambiental ainda que ausente a prova técnica, no caso de despejo irregular de esgoto. [REsp 2.065.347-PE\\*](#)

||B|| - **Correta.** É o teor do artigo 3º, inciso III, da Lei n.º 6.938/1981.\*

||C|| - **Incorreta.** A situação econômica do infrator só é relevante para imposição da pena de multa, conforme a previsão do artigo 6º da Lei n.º 9.605/1998.\*

||D|| - **Incorreta.** A jurisprudência do STJ entende que o crime previsto no artigo 54 (causar poluição) é de natureza formal. [AgRg no REsp 2011902/MG\\*](#)

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o STJ as obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, e portanto, podem ser exigidas de qualquer pessoa que fez parte da cadeia sucessória (proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos,) ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente (RECURSO ESPECIAL N.º 1.953.359 - SP).\*

**Questão 38**

No que se refere às pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ As empresas públicas e as autarquias são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno.
- Ⓑ Todas as espécies de fundações são consideradas pessoas jurídicas de direito público, independentemente de terem sido instituídas pelo poder público ou pela iniciativa privada.
- Ⓒ Todas as pessoas jurídicas instituídas pelo poder público são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno.
- Ⓓ As empresas públicas são necessariamente pessoas jurídicas de direito privado.
- Ⓔ Conforme os objetivos para os quais tenham sido instituídas, as autarquias podem ser consideradas pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** Conforme o Código Civil brasileiro (art. 41, inciso IV), as autarquias são consideradas pessoas jurídicas de direito público. Entretanto, as empresas públicas, embora instituídas pelo poder público, possuem natureza jurídica de direito privado (art. 44, inciso II).\*

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o Código Civil brasileiro, as fundações podem ser instituídas pelo poder público ou pela iniciativa privada. As fundações instituídas pelo poder público são consideradas pessoas jurídicas de direito público (art. 41, inciso V). Por seu turno, as fundações instituídas pela iniciativa privada possuem natureza jurídica de direito privado (art. 44, inciso III).\*

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o Código Civil brasileiro, nem todas as pessoas jurídicas instituídas pelo poder público são consideradas pessoas jurídicas de direito público. As empresas públicas, por exemplo, são instituídas pelo poder público, mas possuem natureza jurídica de direito privado.\*

||D|| - **Correta.** De acordo com o Código Civil brasileiro, as empresas públicas, embora sejam instituídas pelo poder público, possuem natureza jurídica de direito privado. Trata-se de uma sociedade empresarial, nos moldes do art. 44, inciso II, do Código Civil.\*

||E|| - **Incorreta.** Conforme o Código Civil brasileiro, as autarquias são necessariamente instituídas pelo poder público e por esse motivo são consideradas pessoas jurídicas de direito público (art. 41, inciso IV).\*

**Questão 39**

Carlos e Bruna formalizaram um negócio jurídico que dispunha sobre direitos e obrigações recíprocas, além de conter disposição de prazos para o seu cumprimento e imposição de multas para eventuais inadimplementos. No entanto, eles, intencionalmente, omitiram informações importantes acerca das obrigações pactuadas, tendo, portanto, agido com dolo.

Considerando a situação hipotética precedente, assinale a opção correta.

- Ⓐ Tanto Carlos quanto Bruna podem exigir a anulação do negócio, não tendo nenhum deles direito a indenização por eventuais danos por eles sofridos.
- Ⓑ Em caso de inadimplemento de Carlos, apenas ele poderá exigir a anulação do negócio, sendo indevido o pagamento de indenização por eventuais danos por ele sofridos.
- Ⓒ Em caso de inadimplemento de Carlos, apenas ele poderá exigir a anulação do negócio, com direito ao pagamento de indenização por eventuais danos por ele sofridos.
- Ⓓ Se Bruna sofrer dano, apenas ela poderá exigir a anulação do negócio, sendo, nesse caso, devido o pagamento de indenização por eventuais danos por ela sofridos.
- Ⓔ Nem Carlos nem Bruna poderão exigir a anulação do negócio, tampouco reclamar indenização.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.\*/

||B|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.\*/

||C|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.\*/

||D|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro, em seu art. 150, define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.\*/

||E|| - **Correta.** O Código Civil brasileiro regula os negócios jurídicos na Parte Geral, Livro II, Título I. O art. 171, inciso II, do referido instrumento normativo define que, além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico, por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. Entretanto, o art. 145 define que os negócios jurídicos são anuláveis por dolo, quando este for a sua causa. Já o art. 147 do mesmo diploma legal define que, nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado. Por fim, cumpre salientar que o art. 150 define que, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização. Portanto, em decorrência do dolo mútuo, nenhum dos contratantes poderá exigir a anulação do negócio, ou reclamar indenização.\*/

**Questão 40**

Suponha que duas empresas tenham formalizado um contrato com cláusulas de obrigação de fazer coisa certa e especificado datas futuras para o cumprimento das obrigações contratadas, bem como estipulado prazo prescricional para exigirem o cumprimento das obrigações pactuadas, em caso de inadimplemento. Nessa situação hipotética, a pactuação do prazo prescricional é

- Ⓐ nula de pleno direito, independentemente do prazo estipulado.
- Ⓑ válida, desde que obedeça ao prazo previsto na legislação civil vigente.
- Ⓒ válida, qualquer que seja o prazo estipulado pelos contratantes.
- Ⓓ válida, desde que tenha ampliado o prazo estatuído pela legislação civil vigente.
- Ⓔ válida, desde que tenha reduzido o prazo estatuído pela legislação civil vigente.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.\*/

||B|| - **Correta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.\*/

||C|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.\*/

||D|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.\*/

||E|| - **Incorreta.** O Código Civil brasileiro regula a prescrição na Parte Geral, Livro II, Título IV. O art. 206 do referido instrumento normativo indica quais são os prazos prescricionais para cada hipótese normativa. Ocorre que o seu art. 192 define que os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes. Portanto, é válida a cláusula contratual que estipula prazo prescricional, desde que obedeçam às regras previstas na legislação civil vigente.\*/

**Questão 41**

Gustavo deve oitenta mil reais a Luiz e é credor de Roberto, que deve a Gustavo a quantia de cem mil reais. Gustavo e Roberto pretendem formalizar um contrato segundo o qual Roberto pague, à vista, a Gustavo a quantia de vinte mil reais e assumam a obrigação de pagar a dívida que Gustavo tem para com Luiz.

Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que

- Ⓐ é juridicamente admissível a assunção da dívida, seja por instrumento público ou particular, independentemente da anuência de Luiz.
- Ⓑ é juridicamente admissível a assunção da dívida, desde que seja realizada por instrumento público, independentemente da anuência de Luiz.
- Ⓒ é juridicamente admissível a assunção da dívida, desde que seja realizada por instrumento particular subscrito por Gustavo, por Roberto e por duas testemunhas, independentemente da anuência de Luiz.
- Ⓓ é juridicamente admissível a assunção da dívida, seja por instrumento público ou particular, mas ela dependerá da anuência de Luiz.
- Ⓔ é juridicamente inadmissível a transmissão de obrigação de pagar quantia certa.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** A assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor.\*/

||B|| - **Incorreta.** A assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor. A legislação civil em vigor não exige maiores formalidades, o que significa dizer que a assunção de dívida pode ser firmada por instrumento público ou particular.\*/

||C|| - **Incorreta.** A assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor. A legislação civil em vigor não exige maiores formalidades, o que significa dizer que a assunção de dívida pode ser firmada por instrumento público ou particular.\*/

||D|| - **Correta.** O Código Civil regula a transmissão de obrigação pela assunção de dívida na Parte Especial, Livro I, Título II, Capítulo II. Por sua vez, o direito dos contratos está regulado na Parte Especial, Livro I, Título V. O art. 299 do referido instrumento normativo define que é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Conforme pode ser constatado, a assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor. Ressalta-se que a legislação civil em vigor não exige maiores formalidades, o que significa dizer que a assunção de dívida pode ser firmada por instrumento público ou particular.\*/

||E|| - **Incorreta.** O art. 299 do Código Civil define que é facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava. Conforme pode ser constatado, a assunção de dívida é um mecanismo legal que permite a transferência de uma obrigação de um devedor para um terceiro e depende da anuência do credor.\*/

**▼ Questão 42**

Non que se refere aos bens públicos, julgue os itens a seguir.

- I Os bens pertencentes às fundações públicas são considerados bens públicos.
- II Os veículos são considerados bens públicos de uso especial e, ocorrendo sua desafetação, sujeitam-se a alienação.
- III Os prédios públicos utilizados como sedes de hospitais públicos e fóruns de justiça são considerados bens públicos dominicais.
- IV Os bens públicos de uso comum não podem ser objeto de usucapião, mas podem ser objeto de constrição judicial.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Correta.** O item I está certo. Por expressa disposição legal (art. 41, inciso V, do Código Civil), as fundações públicas são consideradas pessoas jurídicas de direito público. Portanto, os bens pertencentes às fundações públicas são considerados bens públicos. O item II está certo. O art. 98 do Código Civil do referido instrumento normativo define que os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Já o seu art. 99, inciso II, define que os bens públicos de uso comum são aqueles bens (móveis ou imóveis), que se destinam (afetação) ao uso pelo próprio poder público para a prestação de serviços. Ressalta-se ainda que, no direito administrativo, ocorre a desafetação sempre que um bem público perde a qualidade para uso por parte do poder público. Portanto, os veículos são considerados bens públicos de uso especial e, quando ocorre a sua desafetação, eles ficam sujeitos a alienação.\*/

||B|| - **Incorreta.** O item IV está errado. O art. 98 do Código Civil define que os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Por seu turno, o art. 102 do mesmo diploma legal define que os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. Portanto, os bens públicos de uso comum não podem ser objeto de usucapião e nem de constrição judicial.\*/

||C|| - **Incorreta.** O item III está errado. Conforme o Código Civil (art. 99), os bens públicos de uso especial são aqueles bens que se destinam (afetação) ao uso pelo próprio poder público para a prestação de serviços, como, por exemplo, os hospitais públicos e fóruns de justiça. Já os bens públicos dominicais são aqueles bens que não possuem destinação pública própria ou específica (bens desafetados). Portanto, os hospitais públicos e fóruns de justiça são considerados bens públicos de uso especial e não bens públicos dominicais.\*/

||D|| - **Incorreta.** O item III está errado. Conforme o Código Civil (art. 99), os bens públicos de uso especial são aqueles bens que se destinam (afetação) ao uso pelo próprio poder público para a prestação de serviços, como, por exemplo, os hospitais públicos e fóruns de justiça. Já os bens públicos dominicais são aqueles bens que não possuem destinação pública própria ou específica (bens desafetados). Portanto, os hospitais públicos e fóruns de justiça são considerados bens públicos de uso especial e não bens públicos dominicais.

O item IV está errado. O art. 98 do Código Civil define que os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Por seu turno, o art. 102 do mesmo diploma legal define que os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. Portanto, os bens públicos de uso comum não podem ser objeto de usucapião e nem de constrição judicial.\*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e II estão certos.\*/

**▼ Questão 43**

Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado da decisão, o juiz poderá conhecer de ofício e proferir sentença terminativa acerca de

- A ilegitimidade de parte e decadência.
- B falta de pressuposto processual e existência de convenção de arbitragem.
- C existência de litispendência e prescrição.
- D existência de coisa julgada e morte da parte em ação considerada intransmissível por disposição legal.
- E ausência de interesse processual e renúncia tácita à pretensão formulada pela parte.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de ilegitimidade de parte (art. 485, inciso VI), mas, em caso de decadência, embora também possa conhecer de ofício (art. 332, §1º), a sentença será de mérito (art. 487, inciso II).\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de falta de pressuposto processual (art. 485, inciso IV). Entretanto, por falta de previsão legal, o juiz não pode conhecer de ofício acerca da convenção de arbitragem.\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de litispendência (art. 485, inciso V), mas, em caso de prescrição, embora também possa conhecer de ofício (art. 332, §1º), a sentença será de mérito (art. 487, inciso II).\*/

||D|| - **Correta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de existência de coisa julgada (art. 485, inciso V) e também de morte da parte em ação considerada intransmissível por disposição legal (art. 485, inciso IX).\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o CPC, o juiz poderá conhecer de ofício e declarar a extinção do processo sem resolução de mérito em caso de ausência de interesse processual (art. 485, inciso VI). Entretanto, por falta de previsão legal, o juiz não pode conhecer nem declarar de ofício renúncia tácita à pretensão formulada pela parte.\*/

**Questão 44**

Pedro moveu ação reivindicatória em desfavor de Gustavo e, no curso dessa ação, Pedro alienou a Francisco os direitos sobre a coisa demandada.

Acerca da sucessão processual na situação hipotética anterior, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedado ao adquirente suceder o autor no curso do processo.
- Ⓑ A sucessão processual do autor pelo adquirente Francisco é obrigatória nesse caso.
- Ⓒ O adquirente poderá suceder o autor no curso do processo, desde que haja a anuência do réu.
- Ⓓ O adquirente não poderá suceder o autor no curso do processo, mas poderá atuar como seu assistente litisconsorcial.
- Ⓔ O adquirente somente poderá suceder o autor no curso do processo se ocorrer a morte do autor.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, mas não obrigatória, desde que haja a anuência da parte contrária.\*/

||C|| - **Correta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.\*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 109, § 1.º, do CPC, a sucessão processual no curso do processo é possível, desde que haja a anuência da parte contrária.\*/

**Questão 45**

Depois de julgada procedente determinada ação de cobrança, o demandado interpôs recurso de apelação, o qual, entretanto, foi improvido pelo tribunal competente. Em seguida, ele interpôs recurso especial, que foi admitido pela presidência do tribunal de justiça, mas o demandante pretende promover o cumprimento da decisão que havia julgado procedente o seu pedido.

Nesse caso, a competência para processar o pedido de cumprimento provisório de sentença é

- Ⓐ do juízo que processou a ação de cobrança no primeiro grau de jurisdição.
- Ⓑ da presidência do tribunal de justiça que julgou o recurso de apelação.
- Ⓒ do colegiado do tribunal de justiça que julgou o recurso de apelação.
- Ⓓ da Presidência do STJ.
- Ⓔ do Colegiado do STJ, competente para julgar recurso especial.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Correta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.\*/

||B|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.\*/

||C|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.\*/

||D|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.\*/

||E|| - **Incorreta.** O art. 516, inciso II, do CPC determina que o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição.\*/

**Questão 46**

O Ministério Público Federal propôs ação civil pública por ato de improbidade administrativa imputado a um prefeito municipal, que, em outubro de 2022, auxiliado pelo seu secretário de cultura e pelo procurador municipal, teria firmado contrato para a realização de *shows* artísticos no município, custeados com verbas públicas, mediante dispensa de licitação, em afronta à legislação vigente e com evidente prejuízo ao erário.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a atual jurisprudência do STJ e do STF.

- Ⓐ A ilegalidade da conduta descrita é, por si só, suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa.
- Ⓑ Se não demonstrada a existência clara do elemento subjetivo doloso, não será possível responsabilizar o prefeito por ato de improbidade administrativa.
- Ⓒ O prefeito praticou ato de improbidade administrativa, visto que a ilegalidade da conduta descrita se materializa com a simples culpa do agente.
- Ⓓ A improbidade administrativa na conduta do prefeito subsiste independentemente de dolo, pois ele foi auxiliado pelo secretário de cultura e pelo procurador municipal, ambos nomeados por ele.
- Ⓔ A improbidade administrativa na conduta do prefeito só será afastada se ficar comprovado que o secretário de cultura e o procurador municipal agiram com a intenção de lhe induzir ao erro.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a ilegalidade do ato, por si só, não é suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa. Para responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa é necessário que fique demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso.\*/

||B|| - **Correta.** A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. A jurisprudência atual tem reconhecido que, não demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso, não é possível responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa.\*/

||C|| - **Incorreta.** A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a improbidade administrativa não se materializa com a simples culpa do agente.\*/

||D|| - **Incorreta.** A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a improbidade administrativa não se materializa com a simples culpa do agente. Para responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa, é necessário que fique demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso.\*/

||E|| - **Incorreta.** A Lei n.º 14.230/2021 promoveu diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa, entre as quais a de que a configuração da improbidade administrativa exige o dolo do agente. As teses fixadas pelo STF no julgamento do ARE n.º 843.989 (Tema 1.199) preveem a necessidade de comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se nos arts. 9.º, 10 e 11 da LIA a presença do elemento subjetivo dolo. Conforme a jurisprudência atual, a improbidade administrativa não se materializa com a simples culpa do agente. Para responsabilizar o agente público por ato de improbidade administrativa, é necessário que fique demonstrada a existência do elemento subjetivo doloso.\*/

 **Questão 47**

O contrato de trabalho pode ser definido como um negócio jurídico pelo qual uma pessoa natural se obriga a prestar serviços a outra pessoa física ou jurídica. O objeto desse tipo de contrato é a prestação de serviço subordinado e não eventual do empregado ao empregador, mediante o pagamento de salário. Acerca do contrato individual de trabalho e de suas características, assinale a opção correta.

- Ⓐ O contrato de trabalho deve ser considerado um pacto solene, pois depende de formalidades previstas em lei.
- Ⓑ No contrato de trabalho, deve haver a continuidade na prestação de serviços e o empregador exerce poder de direção sobre a atividade, não havendo um contrato de resultado.
- Ⓒ O contrato de trabalho é *intuitu personae*, realizado por pessoa certa e determinada, sendo fungível em relação ao empregado e infungível em relação ao empregador.
- Ⓓ O contrato individual de trabalho poderá ser tácito ou expresso, verbal ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado, não sendo cabível nos casos de prestação de trabalho intermitente.
- Ⓔ O contrato de trabalho por tempo determinado não pode ser celebrado verbalmente, por vedação legal, devendo ser firmado por escrito, a fim de evitar fraudes na contratação.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O contrato de trabalho não é um pacto solene, pois independe de quaisquer formalidades, podendo ser ajustado de forma tácita ou expressa, bem como verbalmente ou por escrito (art. 443 da CLT). Havendo consenso entre as partes, o contrato de trabalho estará acordado.\*/

||B|| - **Correta.** No contrato de trabalho, deve haver a continuidade na prestação de serviços, motivo por que se diz que ele é de trato sucessivo ou de duração, pois não é instantâneo, não se exaurindo no cumprimento de uma única prestação. No pacto laboral, contrata-se atividade. As prestações são feitas continuamente no tempo. O empregador exerce poder de direção sobre a atividade do obreiro, não havendo um contrato de resultado. O contrato de trabalho, ao contrário do contrato de seguro, não é contrato de risco.\*/

||C|| - **Incorreta.** O contrato de trabalho é, em relação ao trabalhador, infungível. Não pode o empregado fazer-se substituir por outra pessoa, sob pena de o vínculo formar-se com a última. O empregado somente poderá ser pessoa física, pois não existe contrato de trabalho em que o trabalhador seja pessoa jurídica, podendo ocorrer, no caso, prestação de serviços, empreitada etc.\*/

||D|| - **Incorreta.** O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente (art. 443 da CLT).\*/

||E|| - **Incorreta.** O contrato de trabalho por tempo determinado pode ser celebrado verbalmente, conforme prevê o art. 443 da CLT.\*/

**Questão 48**

Plínio, estudante de engenharia mecânica, começou a laborar para a empresa Alpha Ltda., em Brasília – DF, no dia 10/10/2021, na função de operador de máquina, percebendo salário de R\$ 1.800,00. Sua jornada de trabalho era de segunda a sábado, das 12 h 00 min às 22 h 00 min, com 30 minutos de intervalo intrajornada, não previsto em norma coletiva. A partir de 20/1/2022, Augusta, formada em logística, começou a trabalhar na empresa, exercendo a mesma função de Plínio, porém recebendo salário de R\$ 2.500,00. Em 15/9/2023, Plínio foi dispensado sem justa causa e recebeu aviso prévio indenizado e verbas rescisórias 30 dias após a extinção do contrato de trabalho.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com as normas trabalhistas em vigor que dispõem sobre jornada de trabalho e salário.

- Ⓐ As verbas rescisórias não foram pagas a Plínio fora do prazo, pois, na dispensa sem justa causa, tais verbas devem ser pagas em até 30 dias após o recebimento do aviso de sua dispensa.
- Ⓑ A ausência de identidade de formação acadêmica entre Plínio e Augusta impede, por si só, o reconhecimento de equiparação salarial, ainda que desempenhem funções idênticas e com igual produtividade.
- Ⓒ O excesso de jornada observado no caso de Plínio deve ser remunerado com adicional mínimo de 50% sobre o valor da hora normal trabalhada, e as horas excedentes deverão integrar a base de cálculo de outras eventuais verbas rescisórias.
- Ⓓ A definição do intervalo intrajornada de 30 minutos, em jornada diária superior a 8 horas, é válida por presunção de regularidade, mesmo na ausência de norma coletiva expressa.
- Ⓔ O intervalo intrajornada de 30 minutos foi concedido de forma correta, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o autoriza expressamente.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O recebimento das verbas rescisórias 30 dias após o término do vínculo constitui desrespeito ao prazo de 10 dias e enseja multa de 1 salário (art. 477, § 8.º, da CLT).\*/

||B|| - **Incorreta.** O art. 461 da CLT estabelece que a diferença de formação acadêmica não impede a equiparação, salvo se a formação for exigência objetiva do cargo ou gerar diferença de produtividade ou perfeição técnica. Assim, a formação superior de Augusta em logística não impede automaticamente a equiparação salarial com Plínio.\*/

||C|| - **Correta.** Excesso de jornada gera hora extra (art. 7.º, XIII, da CF ou art. 58 da CLT), com adicional de 50% e reflexos.\*/

||D|| - **Incorreta.** O intervalo intrajornada de até 30 minutos só é válido se estiver previsto em norma coletiva e se houver refeitório adequado (art. 71, § 3.º, CLT). A presunção de validade não suprime a exigência legal nem autoriza a dispensa dessas condições.\*/

||E|| - **Incorreta.** Só é permitido o intervalo intrajornada mínimo mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.\*/

**Questão 49**

No dia 9/7/2023, Valéria, então empregada da empresa Beta Ltda., na função de serviços gerais, fraturou o braço direito ao ter escorregado em uma poça de água formada devido a uma goteira localizada em seu ambiente de trabalho. Logo em seguida ao ocorrido, ela foi encaminhada ao hospital, onde foi submetida a cirurgia. Na ocasião do acidente, a empresa emitiu a comunicação de acidente de trabalho (CAT), e Valéria recebeu auxílio-doença acidentário até 25/10/2024, quando foi liberada para retomar suas atividades laborais. Em 2/1/2025, seu empregador a dispensou sem justa causa. Além disso, ela tivera despesas de R\$ 2.500,00 com tratamento fisioterapêutico e medicações.

A respeito da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A empresa agiu corretamente ao dispensar Valéria, pois ela já havia recebido a alta previdenciária e não atendia mais à capacidade física necessária para exercer sua função.
- Ⓑ Houve ilícito culposos da empresa, que deveria ter realizado manutenção em suas instalações para manter o ambiente seguro. Por essa razão, cabe indenização a Valéria pelo prejuízo material sofrido.
- Ⓒ Valéria não poderia ter sido dispensada porque estava sob a proteção da estabilidade provisória, que se estende até 1 ano após a data do acidente de trabalho.
- Ⓓ Valéria poderá solicitar sua reintegração, mas não tem direito a indenização, pois o acidente não lhe gerou incapacidade total, não havendo culpa da empresa para sua responsabilização pelo acidente.
- Ⓔ Caso Valéria queira pleitear sua reintegração via reclamação trabalhista, ela terá o prazo decadencial de 5 anos para fazê-lo, sob pena de reconhecimento da prescrição quinquenal.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** A empresa não poderia ter demitido Valéria, pois ela ainda estava sob a proteção da estabilidade provisória, pois, conforme o art. 118 da Lei n.º 8.213/1991, o empregado que sofre acidente de trabalho tem direito à estabilidade provisória de 12 meses após o término do benefício acidentário. Valéria recebeu auxílio-doença acidentário até 25/10/2024. Logo, sua estabilidade duraria até 25/10/2025. Como foi dispensada em 2/1/2025, ainda estava no período de estabilidade. A alegação de incapacidade física não impede a estabilidade, salvo em caso de invalidez total e permanente, o que não consta na narrativa, mesmo porque foi autorizado seu retorno às atividades laborais.\*/

||B|| - **Correta.** A responsabilidade civil do empregador por acidente de trabalho decorre do art. 7.º, XXVIII, da Constituição Federal de 1988, que prevê a indenização por dolo ou culpa. A omissão quanto à manutenção do ambiente de trabalho caracteriza culpa da empresa, nos termos do art. 186 e 927 do Código Civil, por ela deixar de garantir um ambiente seguro. O art. 157, I e II, da CLT impõe ao empregador o dever de cumprir e fazer cumprir normas de segurança. As despesas com fisioterapia e medicamentos (dano material) são indenizáveis quando decorrem de conduta culposa do empregador.\*/

||C|| - **Incorreta.** A estabilidade provisória do acidentado se estende por doze meses após a data do recebimento do último benefício previdenciário decorrente do acidente. A contagem da estabilidade não se inicia a partir da data do acidente, mas sim do término do benefício acidentário, conforme o art. 118 da Lei 8.213/1991.\*/

||D|| - **Incorreta.** É cabível pedido de reintegração ou, subsidiariamente, de indenização (art. 118 da Lei n.º 8.213/1991). A empresa pode ser responsabilizada por acidente de trabalho com base na culpa (art. 7.º, XXVIII, da Constituição Federal de 1988 e art. 927 do Código Civil), quando houver omissão ou negligência, como no caso da goteira no local de trabalho. A indenização por dano material ou moral independe de invalidez total. Basta haver nexo causal, dano e culpa. O fato de o acidente ter ocorrido em ambiente inseguro gera o dever de indenizar, ainda que Valéria tenha se recuperado.\*

||E|| - **Incorreta.** O prazo é de 2 anos (prescrição bienal), conforme o art. 11 da CLT. O prazo aplicável não é decadencial, e sim prescricional, conforme o art. 7.º, XXIX, da Constituição Federal de 1988. Como o contrato terminou em 2/1/2025, Valéria tem até 2/1/2027 para propor ação. Além disso, a ação de reintegração por dispensa durante estabilidade é típica do processo do trabalho e está submetida à prescrição bienal (não quinquenal).\*

### Questão 50

Um produto foi vendido e entregue por terceiro, por meio de uma plataforma de *marketplace* — responsável apenas por processar o pagamento e enviá-lo ao vendedor, sem participar de qualquer outro ato de envio do produto ao consumidor. Ao receber o referido produto, enviado por transportadora, o consumidor identificou a presença de um vício que reduz sua qualidade e o torna inadequado para o uso.

Nessa situação hipotética, a responsabilidade de reparação será

- Ⓐ do fornecedor e, se este não for localizado, do *marketplace*.
- Ⓑ primariamente do fornecedor e subsidiariamente do *marketplace*.
- Ⓒ primariamente do fabricante e subsidiariamente do *marketplace*.
- Ⓓ solidária entre o fornecedor e a transportadora, subsidiária para do *marketplace*.
- Ⓔ solidária entre fornecedor, *marketplace* e fabricante.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC. \*/

||B|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC.\*/

||C|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC.\*/

||D|| - **Incorreta.** Sem respaldo no artigo 18 do CDC.\*/

||E|| - **Correta.** De acordo com o art. 18 da Lei n.º 8.078/1990.

“Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas”.

Nesse caso, tendo o *marketplace* intermediado diretamente a comercialização do produto, ainda que não seja o responsável pela entrega, terá responsabilidade solidária diante dos vícios que se apresentarem, restando ao consumidor a faculdade de escolher contra quem quer demandar. \*/

### Questão 51

Determinada sociedade empresária, que desempenha sua atividade ofertando pacotes de viagens e hotelaria está em crise financeira interna. Por isso, realizou o cancelamento dos pacotes de viagens dos clientes, o que gerou prejuízos aos consumidores que contrataram seus serviços. A sociedade empresária está em situação de insolvência, ante a dificuldade de satisfação dos créditos devidos.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto no Código de Defesa do Consumidor, admite-se

- Ⓐ a responsabilização objetiva dos sócios majoritários.
- Ⓑ a dissolução da sociedade empresarial.
- Ⓒ a desconsideração da personalidade jurídica.
- Ⓓ o parcelamento compulsório da dívida da empresa.
- Ⓔ a inscrição dos sócios em cadastro de inadimplentes.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC.\*/

||B|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC.\*/

||C|| - **Correta.** O CDC admite a aplicação da teoria menor para a desconsideração da personalidade jurídica, conforme expresso no texto do art. 28, §5º.\*/

||D|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC. \*/

||E|| - **Incorreta.** Sem respaldo no CDC.\*/

### Questão 52

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor, julgue os itens a seguir.

- I O direito de arrependimento decairá em sete dias para contratações realizadas dentro de estabelecimentos comerciais.
- II A variação de preço unilateral, prevista em cláusula contratual de consumo, é nula de pleno direito.
- III Se o consumidor exercer o direito de arrependimento, os valores pagos durante o prazo de reflexão deverão ser devolvidos de imediato ao consumidor.
- IV Havendo nulidade de qualquer cláusula contratual abusiva, o contrato deverá, obrigatoriamente, invalidado como um todo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item I está errado. \*/

||B|| - **Incorreta.** Os itens I e IV estão errados. \*/

||C|| - **Correta.** Os itens II e III estão certos.

I – Está errado. Conforme o art. 49 do CDC, a manifestação de desistência é aplicável para os casos em que a contratação de serviços e produtos ocorra fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

II – Está certo. O art. 51, X, do CDC dispõe que "Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: [...] X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral [...]".

III – Está certo. É o que prevê o parágrafo único do art. 49, ao dispor que "se o consumidor exercer o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados".

IV – Está errado. A lei prevê que o contrato somente será invalidado quando, a despeito da anulação da cláusula abusiva, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes. Tal disposição encontra-se expressa no art. 51, §2º, Lei 8.078/1990.\*/

||D|| - **Incorreta.** O item IV está errado. \*/

||E|| - **Incorreta.** Estão corretos apenas os itens II e III. Os itens I e IV estão errados. \*/

**Questão 53**

Determinado serviço de *streaming* de filmes alterou suas condições de uso de maneira compulsória e sem emitir prévio aviso aos consumidores. A partir da alteração, os consumidores passaram a ser cobrados por cada produto assistido no catálogo da plataforma e por cada aparelho conectado na conta do usuário. A medida pegou de surpresa para milhares de usuários que se depararam com valores exorbitantes nas faturas e carteiras de pagamento. O Ministério Público, ao ter conhecimento do fato, ajuizou uma ação coletiva visando à indenização dos consumidores e à revisão da política de cobrança dos usuários que já eram clientes à época da mudança. A ação foi julgada procedente pelo juízo competente.

Com base no disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- Ⓐ a condenação será líquida, fixando-se a responsabilidade genérica do réu pelos danos.
- Ⓑ caberá liquidação da sentença pelo Ministério Público, sendo vedado o ajuizamento de outras execuções.
- Ⓒ a condenação será genérica, fixando a responsabilidade dos réus pelos danos causados.
- Ⓓ caberá liquidação da sentença por associação legalmente constituída, sendo vedado o ajuizamento de outras execuções.
- Ⓔ a sentença será líquida e a sua execução seguirá individualmente, por responsabilidade somente das vítimas.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** A condenação será genérica, em caso de procedência do pedido, fixando a responsabilidade dos réus pelos danos causados, de acordo com a previsão do artigo 95 do CDC.\*/

||B|| - **Incorreta.** A liquidação da sentença poderá ser ajuizada por todas as vítimas e seus sucessores, pois de acordo com o art.103, inciso III do CDC nas ações coletivas a sentença faz coisa julgada erga omnes, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do artigo 81, inciso III do parágrafo único do CDC. E o artigo 97 do CDC dispõe que a liquidação da sentença poderá ser promovida pela vítima e seus sucessores e pelos legitimados do artigo 82 do CDC.\*/

||C|| - **Correta.** A sentença será genérica, em caso de procedência do pedido, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados, conforme o artigo 95 do CDC.\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o artigo 97 do CDC, a liquidação da sentença poderá ser promovida pela vítima e seus sucessores e pelos legitimados do artigo 82 do CDC.\*/

||E|| - **Incorreta.** A liquidação da sentença poderá ser ajuizada por todas as vítimas e seus sucessores, pois de acordo com o art.103, inciso III do CDC nas ações coletivas a sentença faz coisa julgada erga omnes, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do artigo 81, inciso III do parágrafo único do CDC. E o artigo 97 do CDC dispõe que a liquidação da sentença poderá ser promovida pela vítima e seus sucessores e pelos legitimados do artigo 82 do CDC.\*/

**Questão 54**

Sabendo-se que a principal atribuição do PROCON é aplicar diretamente sanções administrativas aos fornecedores que violem as normas de proteção ao consumidor, conforme disposto em lei, mas que há casos em que uma lesão ao consumidor pode ser objeto de apreciação em diferentes entes e níveis de atuação, é correto afirmar que, verificada infração consumerista decorrente de um mesmo fato imputado ao mesmo fornecedor, eventual conflito de competência entre o PROCON e outro órgão da administração pública destinado à defesa do consumidor será dirimido

- Ⓐ pela agência reguladora com atuação no respectivo setor do agente infrator.
- Ⓑ pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
- Ⓒ pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.
- Ⓓ pelo Conselho Nacional do Consumidor.
- Ⓔ pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.\*/

||B|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.\*/

||C|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.\*/

||D|| - **Incorreta.** Ver artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.\*/

||E|| - **Correta.** De acordo com a previsão do artigo 5º, parágrafo único, do Decreto Federal n.º 2.181/1997.\*/

**Questão 55**

Acerca da ordem econômica e financeira na Constituição Federal de 1988, conforme a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- Ⓑ É lícita a terceirização entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, sendo mantida a responsabilidade solidária da empresa contratante.
- Ⓒ A disciplina do sistema financeiro nacional é determinada por lei complementar de iniciativa privativa do presidente da República.
- Ⓓ É constitucional lei estadual que veda a cobrança de valores adicionais para o cumprimento da obrigação de identificação das peças de roupa com etiquetas em braile, ante a ausência de violação aos princípios da livre iniciativa, do livre exercício econômico, da livre concorrência, da isonomia e da propriedade.
- Ⓔ É constitucional dispositivo de Constituição estadual que veda a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por instituições financeiras privadas constituídas no país sob controle estrangeiro.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com a Súmula Vinculante n.º 49: “Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.”\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o Tema n.º 725 do STF, a responsabilidade da empresa contratante é subsidiária: “É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante” (RE 958.252, rel. min. Luiz Fux, julgamento em 30/8/2018, Pleno, DJe de 13/9/2019, Tema n.º 725, com mérito julgado).\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o STF, a propositura da LC não está sujeita à iniciativa privativa do presidente da República: “A disciplina do Sistema Financeiro Nacional deve se dar mediante lei complementar (CF, art. 192), mas não se exige iniciativa privativa do Presidente da República. Justamente ao contrário, o art. 48, XIII, da Constituição prevê, expressamente, a competência do Congresso Nacional para dispor sobre matéria financeira, cambial e monetária, que compõem o cerne da atuação do Banco Central” (ADI 6.696, red. do ac. min. Roberto Barroso, julgamento em 26/8/2021, Pleno, DJe de 13/12/2021).\*/

||D|| - **Correta.** Conforme jurisprudência do STF, lei estadual, ao vedar a cobrança de valores adicionais para o cumprimento da obrigação imposta — identificação das peças de roupa com etiquetas em braile —, não viola os princípios da livre iniciativa, do livre exercício econômico, da livre concorrência, da isonomia e da propriedade, porquanto o Estado, no exercício legítimo da normatização, regulamentação e fiscalização da atividade econômica, editou diploma legal voltado à implementação dos objetivos fundamentais da República (CF, art. 3.º, I, III e IV), a assegurar a existência digna de todos (CF, art. 170, *caput*), bem assim à promoção da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1.º, III), especialmente daqueles com deficiência.\*/

||E|| - **Incorreta.** O STF decidiu que é inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que veda a prestação de serviços de arrecadação e movimentação de recursos financeiros por instituições financeiras privadas constituídas no país sob controle estrangeiro (vide ADI 3.565, rel. min. Roberto Barroso, julgamento em 3/7/2023, Pleno, DJe de 22/8/2023).\*/

**Questão 56**

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais e aos direitos humanos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A renúncia expressa da nacionalidade brasileira perante a autoridade competente obsta ao interessado a requalificação de sua nacionalidade brasileira originária.
- Ⓑ O poder constituinte originário definiu, de forma expressa, que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à juventude e a assistência aos desamparados.
- Ⓒ É inconstitucional, por violar os direitos à intimidade e à privacidade, lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realização de exames de DNA comparativo em caso de dúvida.
- Ⓓ A presença de símbolos religiosos em prédios públicos pertencentes a qualquer dos Poderes dos entes federativos, ainda que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.
- Ⓔ É inconstitucional, por violação à liberdade de exercício profissional e ao princípio da livre iniciativa, norma federal que estabeleça a exigência do registro do profissional de educação física e a descrição das atividades a serem desempenhadas pela categoria.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** A EC n.º 131/2023 alterou o art. 12 da Carta Magna para estabelecer que a renúncia da nacionalidade por pedido expresso do próprio interessado perante autoridade brasileira competente não o impede de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.\*/

||B|| - **Incorreta.** O transporte como direito social é decorrente do poder constituinte derivado. Além do mais, não se enquadra como direito social a proteção da juventude.\*/

||C|| - **Correta.** Conforme tese fixada na ADI 5.545/RJ: “É inconstitucional a lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realizar exames de DNA comparativo em caso de dúvida”.\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o entendimento do STF estabelecido no julgamento do Tema 1.086: “A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade”.\*/

||E|| - **Incorreta.** O STF entendeu que a norma que exige o registro profissional e descreve as atividades a serem desempenhadas pela categoria é constitucional (ADI 6.260/DF, relator ministro Dias Toffoli, julgamento virtual finalizado em 25/10/2024).\*/

**Questão 57**

Com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do STF acerca da seguridade social, assinale a opção correta.

- Ⓐ São princípios da seguridade social a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, o acesso universal, gratuito e igualitário e a diversidade da base de financiamento.
- Ⓑ Apesar de constituir direito fundamental, o direito à previdência social está sujeito aos efeitos do tempo e da inércia de seu titular, em relação à pretensão ao direito do recebimento de benefício previdenciário.
- Ⓒ A previdência privada, regulada por lei ou regulamento próprio, tem caráter complementar e é de filiação obrigatória, baseando-se na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.
- Ⓓ Os órgãos responsáveis pela saúde, pela previdência social e pela assistência social devem estabelecer metas e prioridades na lei de diretrizes orçamentárias e elaborar, de forma descentralizada e independente, a proposta de orçamento da seguridade social.
- Ⓔ A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, sendo permitida a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação desse serviço público.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - 4 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social na Constituição Federal de 1988. **Incorreta.** O acesso universal e gratuito diz respeito à saúde. Vide artigos 194 e 196 da Constituição Federal de 1988.\*/

||B|| - **Incorreta.** A assertiva está em sentido oposto ao que foi decidido na ADI 6.096: “O núcleo essencial do direito fundamental à previdência social é imprescritível, irrenunciável e indisponível, motivo pelo qual não deve ser afetada pelos efeitos do tempo e da inércia de seu titular a pretensão relativa ao direito

ao recebimento de benefício previdenciário. Este Supremo Tribunal Federal, no RE 626.489, de relatoria do i. min. Roberto Barroso, admitiu a instituição de prazo decadencial para a revisão do ato concessório porque atingida tão somente a pretensão de rediscutir a graduação pecuniária do benefício, isto é, a forma de cálculo ou o valor final da prestação, já que, concedida a pretensão que visa ao recebimento do benefício, encontra-se preservado o próprio fundo do direito” (ADI 6.096, rel. min. Edson Fachin, julgamento em 13/10/2020, Pleno, DJe de 26/11/2020).\*/

||C|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o teor do artigo 202 da Constituição Federal de 1988.\*/

||D|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 195, parágrafo 2.º, da Constituição Federal de 1988.\*/

||E|| - **Correta.** “É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde.” (STF. Plenário. ADI 4.197/SE, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 1.º/3/2023 (Informativo 1.085).\*/

### Questão 58

Em relação à forma e ao sistema de governo, bem como à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- Ⓐ É possível a prorrogação do estado de defesa, sucessivas vezes, por período não superior a 30 dias, desde que persistam as razões que justificaram a sua decretação.
- Ⓑ Parlamentarismo é o sistema de governo típico das monarquias constitucionais, em que o Poder Legislativo assume funções político-governamentais mais amplas.
- Ⓒ Durante estado de defesa, a prisão de qualquer pessoa não poderá ultrapassar o período de 10 dias, salvo se autorizada pelo Poder Judiciário, sendo excepcionalmente permitida a incomunicabilidade do preso.
- Ⓓ Durante estado de sítio decretado ante declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, é admissível a detenção em edifício destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- Ⓔ A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e os territórios.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 136, parágrafo 2.º, da Constituição Federal de 1988.\*/

||B|| - **Correta.** Parlamentarismo é o sistema de governo típico das monarquias constitucionais. O Poder Executivo se divide em duas partes: um chefe de Estado, exercido pelo monarca ou pelo presidente da República; e um primeiro-ministro ou presidente do conselho de ministros. O Poder Legislativo assume no Parlamentarismo funções político-governamentais mais amplas, e se transforma em parlamento, na medida em que compreende também os membros do governo: primeiro-ministro e conselho de ministros.\*/

||C|| - **Incorreta.** O artigo 136, parágrafo 3.º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 veda a incomunicabilidade do preso na vigência do estado de defesa.\*/

||D|| - **Incorreta.** A assertiva está em desacordo com o artigo 137 c/c 139 da Constituição Federal de 1988.\*/

||E|| - **Incorreta.** A assertiva apresenta erro quando incluiu os territórios na organização político-administrativa da República Federativa do Brasil (art. 18 da Constituição Federal de 1988).\*/

### Questão 59

Os poderes da administração pública referem-se às faculdades ou atribuições do Estado ou de seus órgãos para o exercício da função administrativa. Esses poderes são exercidos por meio de atos administrativos e estão sujeitos a certos princípios e limites legais, visando à concretização do interesse público. A respeito dos poderes da administração pública e do abuso de poder, assinale a opção correta.

- Ⓐ Diante da constatação de uma infração, a administração pública é obrigada a punir o agente da infração, sendo esse um dever vinculado, porém a escolha da punição é discricionária; ou seja, o poder disciplinar é vinculado quanto ao dever de punir e discricionário quanto à escolha da penalidade.
- Ⓑ O poder regulamentar é aquele de que o Poder Executivo se utiliza para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- Ⓒ O poder hierárquico enquadra-se na categoria ampla denominada de poder normativo, que inclui a edição de todas as diversas categorias de atos abstratos, tais como regimentos, instruções, deliberações, resoluções e portarias.
- Ⓓ O uso irregular do poder na edição de ato administrativo é um vício que torna anulável o ato sempre que o agente exerce indevidamente determinada competência administrativa, o que torna ilegítima a conduta do administrador.
- Ⓔ O abuso de poder ocorre quando a autoridade, competente ou não para praticar o ato, ultrapassa os limites de suas atribuições ou se desvia das finalidades administrativas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** O poder disciplinar consiste na possibilidade de a administração aplicar punições aos agentes públicos que cometam infrações funcionais. Assim, é um poder interno (porque pode ser exercido sobre agentes públicos, mas não sobre particulares, exceto quando estes forem contratados da administração), não permanente (é aplicável apenas se e quando o servidor cometer falta funcional) e discricionário (porque a administração pode escolher, com alguma margem de liberdade, a punição que considerar mais apropriada à conduta do agente público). Ao constatar a infração, a administração é obrigada a punir o agente. Trata-se de um dever vinculado. Mas a escolha da punição é discricionária. Assim, o poder disciplinar é vinculado quanto ao dever de punir e discricionário quanto à seleção da pena aplicável.\*/

||B|| - **Incorreta.** O conceito apresentado corresponde ao do poder hierárquico.\*/

||C|| - **Incorreta.** O conceito apresentado corresponde ao do poder regulamentar.\*/

||D|| - **Incorreta.** Uso irregular do poder ou abuso de poder é um vício que torna o ato administrativo nulo sempre que o agente exerce indevidamente determinada competência administrativa. Além de causar a invalidade do ato, a prática do abuso de poder constitui ilícito ensejador de responsabilização da autoridade.\*/

||E|| - **Incorreta.** Para a corrente majoritária, o abuso de poder sempre pressupõe um agente público competente. O abuso de poder afeta os requisitos motivo, objeto (excesso de poder) ou finalidade (desvio de poder), porém o ato não tem vício quanto à competência e à forma.\*/

**Questão 60**

Maria é professora efetiva de rede estadual de ensino, tendo ingressado no cargo público por meio de concurso público de provas e títulos. Após anos em exercício, foi eleita para mandato de vereadora no mesmo município em que leciona. Diante da nova situação funcional de Maria, o ente federativo estadual determinou imediatamente sua exoneração, sob o argumento de que a acumulação de cargos seria incompatível com o exercício da vereança. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando que sua exoneração violava normas constitucionais sobre agentes públicos.

Com base nas normas constitucionais aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

- A** A exoneração foi correta, pois é vedada, em qualquer hipótese, a acumulação de cargo público com mandato eletivo, independentemente de compatibilidade de horários.
- B** A servidora poderia ter sido afastada do cargo de professora, ficando com a remuneração do cargo eletivo, por ser vedada a acumulação de remunerações em qualquer hipótese.
- C** A Constituição Federal de 1988 admite a acumulação do cargo de professora com o mandato de vereadora, desde que haja compatibilidade de horários, tendo sido, portanto, indevida a exoneração.
- D** A opção entre o cargo de professora e o mandato eletivo compete exclusivamente ao chefe do Poder Executivo estadual, conforme o interesse da administração pública.
- E** A servidora somente poderia acumular o cargo público com o mandato eletivo se este fosse de deputado estadual, por ser vedada tal possibilidade aos vereadores.

**JUSTIFICATIVAS**

**||A|| - Incorreta.** O art. 38, III, da Constituição Federal de 1988 permite a acumulação de cargos em determinadas situações: “Art. 38 (...) III – Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.” Ou seja, é constitucionalmente possível acumular o cargo de professora com o de vereadora, desde que haja compatibilidade de horários. Portanto, a exoneração não foi correta, pois sequer houve análise da compatibilidade de horários.\*/

**||B|| - Incorreta.** A Constituição Federal de 1988 permite a acumulação com remuneração de ambos os cargos, desde que os horários sejam compatíveis (art. 38, III). A vedação só existe quando não há compatibilidade, hipótese em que o servidor deve optar por um dos cargos (art. 38, II e III). Portanto, a afirmativa está errada ao afirmar que a acumulação de remunerações é vedada em qualquer hipótese.\*/

**||C|| - Correta.** Conforme o art. 38, III, da Constituição Federal de 1988, a acumulação é expressamente permitida, com manutenção da remuneração dos dois cargos, se houver compatibilidade de horários. Portanto, a exoneração, sem verificação dessa compatibilidade, é indevida e contrária às normas constitucionais.\*/

**||D|| - Incorreta.** A Constituição Federal de 1988 não atribui ao chefe do Poder Executivo o poder de determinar a opção entre os cargos. Essa opção cabe ao próprio servidor, caso não haja compatibilidade de horários (art. 38, III). A exoneração por imposição administrativa, sem respeitar o direito de opção do servidor, é inconstitucional.\*/

**||E|| - Incorreta.** A possibilidade de acumulação é expressamente prevista para o cargo de vereador (art. 38, III). Para deputado estadual, aplica-se o afastamento com subsídio do mandato, conforme art. 38, II. Portanto, a Constituição Federal de 1988 distingue as hipóteses: para o cargo eletivo de deputado estadual ou federal e senador, prevê o afastamento obrigatório do cargo público; para o cargo eletivo vereador, é permitida a acumulação, se houver compatibilidade de horários.\*/

**Questão 61**

No que se refere ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O controle interno da administração pública é realizado exclusivamente pelo Poder Executivo, sem qualquer participação de outros Poderes.
- B** O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para julgar a constitucionalidade de leis ou atos normativos.
- C** O controle externo exercido pelo Poder Legislativo inclui a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública.
- D** Atos administrativos discricionários não se submetem ao controle judicial, ainda que apresentem vício de legalidade.
- E** O Poder Judiciário pode anular atos administrativos discricionários sempre que entender mais adequada outra decisão administrativa.

**JUSTIFICATIVAS**

**||A|| - Incorreta.** O controle interno não é exclusivo do Poder Executivo; cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) realiza o próprio controle interno, conforme previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988.\*/

**||B|| - Incorreta.** O TCU não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos. Essa atribuição é exclusiva do Poder Judiciário.\*/

**||C|| - Correta.** O controle externo exercido pelo Poder Legislativo inclui a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública, conforme o artigo 70 da Constituição Federal de 1988.\*/

**||D|| - Incorreta.** O Poder Judiciário pode analisar atos administrativos discricionários quanto aos aspectos de legalidade e moralidade. A discricionariedade não impede o controle de eventuais abusos ou desvios de finalidade.\*/

**||E|| - Incorreta.** O Poder Judiciário não pode substituir a administração pública na avaliação de mérito do ato discricionário (conveniência e oportunidade). Seu controle se limita à legalidade, não alcançando a escolha do conteúdo do ato (Constituição Federal de 1988, arts. 2.º e 5.º, XXXV).\*/

**Questão 62**

Acerca da administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

- A** As fundações e empresas públicas compõem a administração direta.
- B** As sociedades de economia mista integram a administração direta e se subordinam ao ente federativo que as criou.
- C** As autarquias possuem personalidade jurídica de direito privado e atuam em atividades de natureza econômica.
- D** A administração indireta é composta por pessoas jurídicas vinculadas à administração direta, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- E** A administração pública direta é responsável pela execução das políticas públicas, enquanto a administração indireta realiza exclusivamente atividades de regulação.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** As fundações e empresas públicas integram a administração indireta.\*/

||B|| - **Incorreta.** As sociedades de economia mista pertencem à administração indireta e possuem autonomia administrativa, não sendo subordinadas, mas vinculadas ao ente federativo que as instituiu.\*/

||C|| - **Incorreta.** As autarquias possuem personalidade jurídica de direito público e exercem atividades típicas da administração pública, geralmente não relacionadas à exploração de atividades econômicas.\*/

||D|| - **Correta.** A administração indireta é composta por pessoas jurídicas vinculadas à administração direta, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.\*/

||E|| - **Incorreta.** Tanto a administração direta quanto a indireta podem atuar na formulação, execução e regulação de políticas públicas, a depender da natureza das atividades delegadas ou desempenhadas.\*/

**Questão 63**

O titular de determinada microempresa foi notificado quanto à sua exclusão do regime do Simples Nacional sob a justificativa de que havia sido constatada a existência de cotas de capital associados ao referido CNPJ em uma cooperativa de crédito.

Na situação hipotética precedente, a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional é

- Ⓐ ilegal, pois o titular pode participar com até 10% do capital de outra empresa.
- Ⓑ ilegal, pois é lícita a participação de microempresas em cooperativas de crédito.
- Ⓒ legal, pois é ilícita a participação de microempresas no capital de outra pessoa jurídica.
- Ⓓ legal, pois a participação em cooperativas de crédito é lícita ao titular, embora não à empresa.
- Ⓔ legal, pois cooperativas de crédito são pessoas jurídicas com natureza de sociedade.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, “§ 4.º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;”. Entretanto, o § 5.º do mesmo dispositivo legal ressalva que “O disposto nos incisos IV e VII do § 4.º deste artigo não se aplica à participação no capital de cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.”. A ressalva contida na lei não prevê, portanto, participação da microempresa com até 10% do capital de outra empresa.\*/

||B|| - **Correta.** De acordo com o art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, “§ 4.º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;”. Entretanto, o § 5.º do mesmo dispositivo legal ressalva que “O disposto nos incisos IV e VII do § 4.º deste artigo não se aplica à participação no capital de

cooperativas de crédito, bem como em centrais de compras, bolsas de subcontratação, no consórcio referido no art. 50 desta Lei Complementar e na sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, e em associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedade, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.”.\*/

||C|| - **Incorreta.** Foi ilegal a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 3.º,

||D|| - **Incorreta.** Foi ilegal a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 3.º, §§ 4.º, 5.º e 6.º).\*/

||E|| - **Incorreta.** Foi ilegal a exclusão da microempresa do regime do Simples Nacional, de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 3.º,

**Questão 64**

Com base nas disposições legais e doutrinárias acerca do registro de empresas, julgue os seguintes itens.

- I É vedado às juntas comerciais realizar convênios com entidades privadas para desconcentração dos próprios serviços.
- II O produtor rural é considerado empresário, independentemente de inscrição no registro público de empresas mercantis.
- III O ato de arquivamento previsto na Lei n.º 8.934/1994 compreende atos relativos a consórcio e grupo de sociedade previstos em lei, exceto atos de empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois o art. 7.º da Lei n.º 8.934/1994 dispõe que as juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas, desde que sem fins lucrativos, preservada a competência das atuais delegacias.\*/

||B|| - **Correta.** O item II está certo, pois o Código Civil confere tratamento diferenciado ao produtor rural, conforme consta do art. 970, estipulando que ele poderá requerer a sua inscrição no registro público de empresas mercantis, nos termos do art. 971, quando será equiparado ao empresário sujeito a registro. De acordo com a doutrina, da interpretação do dispositivo se conclui que o produtor rural já é considerado como empresário pelo conteúdo do art. 971. O registro é facultativo, de forma a equiparar o produtor rural ao empresário comum, para todos os fins.\*/

||C|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois o art. 7.º da Lei n.º 8.934/1994 dispõe que as juntas comerciais poderão desconcentrar os seus serviços, mediante convênios com órgãos públicos e entidades privadas, desde que sem fins lucrativos, preservada a competência das atuais delegacias. O item III está errado, pois o art. 32 da Lei n.º 8.934/1994 estabelece que o registro compreende o arquivamento, entre outros, dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.\*/

||D|| - **Incorreta.** Os itens I e III estão errados.\*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas o item II está certo.\*/

**Questão 65**

Uma sociedade empresária atuante no setor imobiliário encontra dificuldades para honrar suas obrigações. Em um processo de execução movido em seu desfavor, foi requerida a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica da referida sociedade, para que os créditos fossem satisfeitos pelo patrimônio dos seus sócios.

De acordo com a previsão legal e a jurisprudência majoritária acerca da teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, entre seus requisitos, está a constatação de

- Ⓐ ato intencional dos sócios de fraudar terceiros.
- Ⓑ insolvência da empresa em situação de crise.
- Ⓒ alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- Ⓓ encerramento irregular da sociedade.
- Ⓔ não localização de bens penhoráveis em processo de execução.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Correta.** Acerca da desconsideração da personalidade jurídica, o ordenamento pátrio consagra duas teorias básicas para a responsabilização dos sócios: teoria maior e teoria menor. A primeira aplica-se ao caso de desvirtuamento da personalidade jurídica, ao passo que a segunda se caracteriza pelo simples inadimplemento das obrigações da sociedade. A teoria maior, por sua vez, subdivide-se em subjetiva e objetiva. Pela primeira formulação, a desconsideração requer o elemento fraude; pela segunda, basta que se demonstre a confusão patrimonial. A legislação civil adota a teoria maior, nas suas duas vertentes, conforme dispõe o artigo 50 do Código Civil (com redação dada pela Lei n.º 13.874/2019). Em se tratando de relação jurídica de natureza civil-empresarial, incide a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica. Os requisitos previstos no artigo 50 do Código Civil são assim caracterizados: desvio de finalidade, pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica; confusão patrimonial, pela inexistência de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios. Em relação aos requisitos necessários à desconsideração, o STJ pacificou o entendimento de que o encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo não constitui motivo suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica.\*

||B|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.\*

||C|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.\*

||D|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.\*

||E|| - **Incorreta.** Não se trata de requisito suficiente para a desconsideração da personalidade jurídica, de acordo com o Código Civil e a jurisprudência pacificada do STJ.\*

**Questão 66**

Acerca das modalidades de dissolução, liquidação e extinção das sociedades, julgue os itens a seguir.

- I A transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social.
- II A fusão ou cisão da companhia emissora de debêntures em circulação será realizada, em regra, sem a prévia aprovação dos debenturistas.
- III Nas operações de fusão, o valor do patrimônio líquido a ser vertido para a formação de capital social deve ser, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e III estão certos.

**JUSTIFICATIVAS**

||A|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.\*

||B|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.\*

||C|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois a regra é a necessidade de prévia aprovação dos debenturistas, reunidos em assembleia especialmente convocada com esse fim, conforme o art. 231 da Lei n.º 6.404/1976. Nos termos do § 1.º do mesmo dispositivo, a aprovação pela assembleia será dispensada se for assegurado aos debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 meses a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação, o resgate das debêntures de que forem titulares.\*

||D|| - **Correta.** O item I está certo, pois o art. 221 da Lei n.º 6.404/1976 dispõe que “a transformação exige o consentimento unânime dos sócios ou acionistas, salvo se prevista no estatuto ou no contrato social, caso em que o sócio dissidente terá o direito de retirar-se da sociedade. Parágrafo único. Os sócios podem renunciar, no contrato social, ao direito de retirada no caso de transformação em companhia”. O item III está certo, pois o art. 226 do mesmo diploma legal dispõe que “As operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar”.\*

||E|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.\*

**Questão 67**

Um juiz do trabalho determinou, em um processo, a penhora de 30% dos proventos líquidos de aposentadoria percebidos pela parte executada na vigência do Código de Processo Civil de 2015.

Nessa situação hipotética, a impetração de mandado de segurança contra a determinação judicial é

- Ⓐ incabível, por existir recurso próprio para atacar o ato impugnado.
- Ⓑ cabível, e a segurança deverá ser concedida, por serem os proventos de aposentadoria absolutamente impenhoráveis.
- Ⓒ cabível, mas a segurança deverá ser denegada.
- Ⓓ cabível, e a segurança deverá ser concedida, em razão de as dívidas trabalhistas não possuírem natureza de prestação alimentícia.
- Ⓔ incabível, por não haver ilegalidade ou abuso de poder no ato impugnado.

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do TST excepciona a aplicação da sua Orientação Jurisprudencial n.º 92 aos casos de penhora incidente sobre percentual de proventos de aposentadoria, em razão da natureza do gravame imposto pelo ato judicial e o risco de dano irreparável. “MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO ORDINÁRIO. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO QUE DETERMINA PENHORA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO EXECUTADO. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO. HIPÓTESE DE MITIGAÇÃO DA OJ SBDI-2 N.º 92 DO TST. PRECEDENTES. 1. A litisconsorte passiva sustenta que o Mandado de Segurança seria incabível na espécie, à luz da diretriz oferecida pela OJ SBDI-2 n.º 92 deste Tribunal Superior. 2. Impende salientar, contudo, que a jurisprudência da SBDI-2 desta Corte sedimentou-se no sentido de admitir a ação mandamental diante de penhora impressa sobre salários e proventos do executado para verificação de sua adequação às balizas legais, mesmo diante da existência de recurso específico previsto na legislação, em razão da gravidade do ato e da possibilidade da irreparabilidade do dano decorrente, em hipótese de excepcional afastamento da OJ SBDI-2 n.º 92. Precedentes. 3. Recurso Ordinário conhecido e não provido” (ROT-356-63.2022.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 15/9/2023).\*/

||B|| - **Incorreta.** O TST, por meio de sua Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, entende que o mandado de segurança é cabível na presente hipótese, tendo alterado a redação da Orientação Jurisprudencial n.º 153 da SBDI-2 daquela corte para restringir a impenhorabilidade nela destacada para os atos praticados sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, o que não é o caso apresentado na questão.\*/

||C|| - **Correta.** A jurisprudência do TST entende cabível o mandado de segurança no caso presente e reconhece não haver nenhuma ilegalidade ou abusividade na decisão proferida nesses termos, razão pela qual a segurança postulada deve ser denegada no caso. (vide ROT-0014114-32.2023.5.03.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT 08/11/2024).\*/

||D|| - **Incorreta.** O TST, no julgamento do Tema 75 da sua tabela de recursos de revista repetitivos, fixou a tese de que “Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é válida a penhora dos rendimentos (CPC, art. 833, inciso IV) para satisfação de crédito trabalhista, desde que observado o limite máximo de 50% dos rendimentos líquidos e garantido o recebimento de, pelo menos, um salário mínimo legal pelo devedor”. Esse entendimento reafirma a jurisprudência no sentido de que o crédito trabalhista é considerado prestação alimentícia na justiça do trabalho, nos termos do art. 833, § 2.º, do Código de Processo Civil.\*/

||E|| - **Incorreta.** Conquanto a jurisprudência do TST não reconheça ilegalidade ou abuso de poder do ato impugnado em tal hipótese, o mandado de segurança é cabível em razão da natureza do gravame imposto pelo ato judicial e do risco de dano irreparável. (ROT-356-63.2022.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Luiz Jose Dezena da Silva, DEJT 15/9/2023).\*/

 **Questão 68**

Assinale a opção que corresponde corretamente à única hipótese que justifica que o prazo decadencial para a propositura de ação rescisória no processo do trabalho se extinga, no máximo, em cinco anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

- A) ofensa à coisa julgada
- B) prova falsa
- C) erro de fato
- D) violação manifesta de norma jurídica
- E) prova nova

## ||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em ofensa à coisa julgada (art. 966, IV, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.\*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em prova falsa (art. 966, VI, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.\*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em erro de fato (art. 966, VIII, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.\*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 975 do Código de Processo Civil, o prazo para o ajuizamento da ação rescisória fundada em violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V, do CPC) é de 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, observada a Súmula n.º 100 do TST, quando for o caso.\*/

||E|| - **Correta.** Conforme o § 2.º do art. 975 do Código de Processo Civil, “Se fundada a ação no inciso VII do art. 966, o termo inicial do prazo será a data de descoberta da prova nova, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo”.\*/

 **Questão 69**

Com relação ao benefício da justiça gratuita no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A) A declaração de hipossuficiência econômica para a concessão da justiça gratuita a pessoa natural pode ser firmada por advogado regularmente constituído, independentemente da outorga de poderes específicos para esse fim.
- B) É vedada a concessão do benefício da justiça gratuita a pessoa natural que receba salário superior a 40% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social.
- C) O beneficiário da justiça gratuita é isento do pagamento de honorários sucumbenciais.
- D) A concessão da gratuidade de justiça não isenta o beneficiário do pagamento de multa que lhe tenha sido imposta por interposição de agravo interno manifestamente inadmissível.
- E) Os sindicatos das categorias profissionais, para atuarem enquanto substitutos processuais, não necessitam comprovar insuficiência de recursos para a concessão do benefício da justiça gratuita.

**||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Incorreta.** A Súmula n.º 463 do TST estabelece que “A partir de 26.06.2017, para a concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa natural, basta a declaração de hipossuficiência econômica firmada pela parte ou por seu advogado, desde que munido de procuração com poderes específicos para esse fim (art. 105 do CPC)”.\*/

||B|| - **Incorreta.** O § 3.º do art. 790 da CLT, com redação dada pela Lei n.º 13.467/2017, dispõe que “É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social” e o § 4.º do referido artigo estabelece que “O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo”. Percebe-se, portanto, que a norma jurídica não veda a concessão do benefício da justiça gratuita a quem perceba salário superior acima de 40% do limite máximo dos benefícios do RGPS. O Tribunal Pleno do TST, no julgamento do processo n.º TST-IncJulgRREmbRep-277-83.2020.5.09.0084, fixou a tese jurídica que ratifica esse entendimento.\*/

||C|| - **Incorreta.** A concessão do benefício da justiça gratuita não isenta o beneficiário do pagamento de honorários sucumbenciais, ficando as obrigações decorrentes de sua sucumbência sob condição suspensiva de exigibilidade, conforme previsto no § 4.º do art. 791-A da CLT e decidido pelo STF no julgamento da ADI 5.766/DF.\*/

||D|| - **Correta.** O § 5.º do art. 1.021 do CPC estabelece que “A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final”, bem como o § 4.º do art. 99 do CPC dispõe que “A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas”. Além disso, a Orientação Jurisprudencial n.º 389 da SbDI-1 do TST é no seguinte sentido: “Constitui ônus da parte recorrente, sob pena de deserção, depositar previamente a multa aplicada com fundamento nos do CPC de 2015 (§ 2º do art. 557 do CPC de 1973), à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de justiça gratuita, que farão o pagamento ao final.”.\*/

||E|| - **Incorreta.** A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST, no julgamento do processo TST-E-RR-125100-16.2012.5.17.0011, entendeu o seguinte: “A jurisprudência desta Corte encaminha-se no sentido de que, para a excepcional concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica é imprescindível a comprovação de impossibilidade de arcar com o recolhimento das custas processuais, inclusive em se tratando de entidade sindical ou sem fins lucrativos. Nesse caso, entende-se que a concessão do benefício em questão depende da demonstração inequívoca de que o sindicato não pode arcar com as despesas das custas processuais, não bastando para tanto a mera declaração de hipossuficiência econômica. Faz-se necessária a efetiva comprovação do alegado estado de dificuldade financeira, o que não se verifica nos autos. Recurso conhecido por divergência jurisprudencial e não provido” (E-RR-125100-16.2012.5.17.0011, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte, DEJT 12/6/2015).\*/

**Questão 70**

Acerca do processo para homologação de acordo extrajudicial na justiça do trabalho e de sua rescisão, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sentença homologatória de acordo extrajudicial é rescindível tão somente se verificada fraude ou vício de consentimento.
- Ⓑ O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para ajuizar ação rescisória para desconstituir sentença homologatória de acordo extrajudicial que verse sobre direitos patrimoniais disponíveis.
- Ⓒ O trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo entabulado entre as partes é imediato.
- Ⓓ O prazo prescricional dos direitos especificados na petição de homologação de acordo extrajudicial é interrompido com a sua apresentação em juízo.
- Ⓔ A petição do acordo extrajudicial deve ser conjunta e as partes podem ser representadas por advogado comum.

**Espaço livre****||JUSTIFICATIVAS||**

||A|| - **Correta.** A jurisprudência da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do TST entende ser aplicável à sentença homologatória de acordo extrajudicial a sua Orientação Jurisprudencial n.º 154, a seguir transcrita: “AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO PRÉVIO AO AJUIZAMENTO DA RECLAMAÇÃO. QUITAÇÃO GERAL. LIDE SIMULADA. POSSIBILIDADE DE RESCISÃO DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO APENAS SE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. A sentença homologatória de acordo prévio ao ajuizamento de reclamação trabalhista, no qual foi conferida quitação geral do extinto contrato, sujeita-se ao corte rescisório tão somente se verificada a existência de fraude ou vício de consentimento. Observação: (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)”. No mesmo sentido, cita-se o ROT-0001167-23.2022.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relator ministro Amaury Rodrigues Pinto Junior, DEJT 8/11/2024.\*/

||B|| - **Incorreta.** A legitimidade *ad causam* conferida ao Ministério Público do Trabalho pelo art. 967, III, b, do Código de Processo Civil e reforçada pela Súmula n.º 407 do TST o autoriza a atuar como fiscal da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal de 1988). Todavia, os arts. de 855-B a 855-E da CLT regulamentam o processo de jurisdição voluntária para que as partes possam transacionar direitos e obrigações decorrentes do contrato de emprego, buscando em juízo apenas a homologação judicial da avença. Uma vez especificado na opção da questão que o acordo versa sobre direitos patrimoniais disponíveis, não há dúvida acerca da ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho. *Vide* ROT-24213-47.2021.5.24.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, relatora ministra Liana Chaib, DEJT 4/10/2024.\*/

||C|| - **Incorreta.** A decisão que transita em julgado imediatamente para as partes é a que homologa o acordo, conforme o parágrafo único do art. 831 da CLT e o item V da Súmula n.º 100 do TST. Contra a decisão que nega a homologação do acordo, é cabível a interposição de recurso.\*/

||D|| - **Incorreta.** O *caput* do art. 855-E da CLT estabelece que “A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados” e seu parágrafo único dispõe que “O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo”. Portanto, não há interrupção, mas tão somente suspensão do prazo prescricional.\*/

||E|| - **Incorreta.** O *caput* do art. 855-B dispõe que “O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado”, mas seu § 1.º estipula que “As partes não poderão ser representadas por advogado comum”.\*/